

Tradições discursivas: de seu *status* linguístico-teórico e sua dinâmica

[Discourse Traditions: about their linguistic-theoretical status and dynamics]

<http://dx.doi.org/10.11606/1982-88372442360>

Peter Koch¹

Tradução de Alessandra Castilho da Costa²

Abstract: Reconsidering the Coserian tripartition of the linguistic (in an universal level, of speaking in general; a historical, of particular languages; an individual, of discourses produced in specific situations), the German romanist Peter Koch proposes adding, at the historical level, a historicity of texts or discourse traditions, constituting distinct rules from language rules. In this 1997 programmatic study, published in the *ScriptOralia* series by Narr (Tübingen, Germany), the author defines the concept of discourse tradition; delimits its theoretical field, postulating four linguistic fields, namely, the activity of speaking (universal), particular languages (historical), rules of discourse or discourse traditions (historical) and discourse (individual); moreover, he discusses its implications for the boundaries between Textual Linguistics and Variational Linguistics, universals of communication and textual genres and intertextuality and interdiscursivity; then presents its benefits for Literature and Linguistics, studies of orality and history of the language. Finally, Koch describes the dynamics of its formation and transformation through the processes of differentiation, mixing, convergence and disappearance. The purpose of this translation is to make accessible to the Brazilian public this reference work on the notion of discourse tradition, which has a decisive influence both in German Romanistics and in recent historical research on Brazilian Portuguese.

Keywords: levels of language; discourse traditions; linguistic-theoretical *status*

¹ Universidade de Tübingen, Romanisches Seminar, Geschwister-Scholl-Platz, 72074 Tübingen, Alemanha (1951-2014).

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Campus Universitário da UFRN, Bairro Lagoa Nova, Natal, RN, 59012-570, Brasil. E-mail: alessandrastilho.costa@hotmail.com. ORCID: 0000-0003-4924-8632

Publicado originalmente em: KOCH, Peter. Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, Barbara; HAYE, Thomas; TOPHINKE, Doris (Hrsg.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 1997, 43-79. Agradeço a Johannes Koch e à editora Narr por permitirem publicar a presente tradução, dedicada à saudosa memória e inestimável obra de Peter Koch, com quem tive o privilégio de trabalhar, para que esta versão em português viesse a lume.



Resumo: Reconsiderando a tripartição coseriana do linguístico (em um nível universal, do falar em geral; um histórico, das línguas particulares; um individual, dos discursos produzidos em situações específicas), o romanista alemão Peter Koch propõe o acréscimo, no nível histórico, duma historicidade dos textos ou das tradições discursivas, constituindo regras distintas das regras da língua. Neste estudo programático de 1997, publicado na série *ScriptOralia* da editora Narr (Tübingen, Alemanha), o autor define o conceito de tradição discursiva; delimita seu campo teórico, postulando quatro campos linguísticos, referentemente, a atividade do falar (universal), as línguas particulares (histórico), as regras do discurso ou tradições discursivas (histórico) e o discurso (individual); discute ainda suas implicações para as fronteiras entre Linguística Textual e Linguística Variacional, universais da comunicação e gêneros textuais e intertextualidade e interdiscursividade; ademais, apresenta seu proveito para a Literatura e Linguística, os estudos de oralidade e história da língua. Por fim, descreve a dinâmica de sua formação e transformação pelos processos de diferenciação, mistura, convergência e desaparecimento. O objetivo da presente tradução é tornar acessível ao público brasileiro esta obra de referência sobre a noção de tradição discursiva, que exerce decisiva influência tanto na Romanística alemã quanto em recentes pesquisas históricas do Português Brasileiro.

Palavras-chave: níveis do linguístico; tradições discursivas; *status* linguístico-teórico

Berlim, em um dia de final de verão. Levo para o depósito municipal de coleta de lixo uma mala velha que, mesmo com toda boa vontade, não tem mais serventia e joga-a num contêiner. Dois motoristas do caminhão de lixo, que tomavam o café da manhã sentados em seu caminhão, observam-me divertidos. Um deles grita em minha direção: “Acabô as férias, certo, mano? Bagulho já era!”

1 Três níveis do linguístico

O “focinho berlinense”, dialeto de Berlim, é conhecido em toda Alemanha. Contudo, o que pode ser considerado dialeto na fala do motorista acima? Sem dúvida, a fala mencionada contém a princípio alguns dialetismos. Porém, muito mais decisivo é o estilo “irreverente”, descuidado em que o grito³ foi formulado e que é típico – não típico de tudo o que é falado em Berlim, mas típico de certos processos comunicativos que lá se testemunham com

³ N.T.: No original: “*Urlaub jestrichen, wa? Koffer wech!*”. A formas “*jestrichen*”, “*wa*” e “*wech*” são variações dialetais de “*gestrichen*”, “*wahr*” e “*weg*”. São dialetismos típicos do focinho berlinense a articulação de /j/ no lugar de /g/ no início da palavra, de /ch/ no lugar de /g/ na sílaba final, como em “*jestrichen*” e “*wech*”, e a pronúncia de [a:r] (“*wahr*”) ou [ar] como [a:] ou [a]. Como salienta o autor a partir desse exemplo, além dos dialetismos, o focinho berlinense é também caracterizado por um estilo irreverente e rude de comunicação, donde se explica o “focinho” em “focinho berlinense”. Esse estilo pode ser reconhecido em outras variedades linguísticas, a exemplo do falar dos “manos” da periferia de São Paulo, usado nesta adaptação do diálogo para o Português Brasileiro. Assim, Koch apresenta um estilo como exemplo prototípico de uma tradição discursiva.

frequência. Mas talvez se revele também nessa fala que todos nós, no íntimo, gostaríamos de falar assim uma vez e ... só não ousamos?

Em minha tentativa de esclarecimento, aludi a três perspectivas totalmente diferentes sob as quais se pode considerar o linguístico:

- Sob o aspecto da língua, forma linguística ou variedade usada;
- Sob o aspecto da organização de discursos ou textos;
- Sob o aspecto da linguagem como fenômeno universal humano.

Para entender essa distinção, temos que recorrer a um pensamento de Eugenio Coseriu. Ele define “a linguagem como uma atividade humana universal, que, em obediência a normas historicamente dadas, é exercida por indivíduos [...]”. (COSERIU 1981:7).

Disso resultam três níveis de observação da língua⁴:

nível universal	“o falar [...] antes de qualquer especificação das línguas particulares.” (<i>ibid.</i>).
nível histórico	também: atividade do falar “as tradições históricas do falar que valem para cada uma das comunidades linguísticas que se formaram historicamente [...] (línguas históricas, dialetos, etc.)”. (COSERIU 1973: 6) também: língua particular
nível individual	“ato de fala ou [...] série de atos de fala conexos realizados por um indivíduo em uma situação específica” (<i>ibid.</i>) também: discurso, texto

O desejo que todos têm de disparar a falar de forma rude e descuidada pelo menos uma vez, como simplesmente supus acima, seria - se ele existisse - um fato da atividade do falar. Com certeza, não se pode explicar assim o “focinho berlinense”.

A identificação de dialetismos berlinenses na fala do motorista diz respeito ao nível da língua particular (neste caso, às variedades linguísticas, mais exatamente, diatópicas). As observações nesse nível são certamente oportunas; todavia, a meu ver, não deslindam de verdade o fenômeno do dialeto berlinense.

⁴ Veja-se Coseriu (1988a) para a explicitação dos respectivos níveis do saber linguístico. O nível mais geral e biológico não será considerado aqui, dado que, na sequência, trato das normas e regras nos diferentes níveis, enquanto o nível biológico não conhece normas/regras, mas somente leis naturais.

Assim restaria somente, segundo Coseriu, o nível do discurso. Sou realmente da opinião de que o “focinho berlinense” está ligado ao modo como os discursos se organizam. Aqui se coloca, no entanto, um problema teórico com respeito ao modelo coseriano. O discurso constitui ali o nível individual e atual. Trata-se, assim, de cada atualização única e individual da atividade do falar e da língua particular. Entretanto, justamente desse modo não se pode decifrar o fenômeno do “focinho”. De fato, trata-se de uma prática comunicativa típica e, portanto, recorrente; na verdade, também uma tradição do falar, que, contudo, precisa e pode muito bem ser diferenciada das tradições do falar específicas das línguas particulares.

Isso pode ser facilmente comprovado com uma experiência mental: podemos imaginar que em determinados discursos uma pessoa “berlineia”, isto é, realiza no nível da língua particular os traços diatópicos do dialeto berlinense, ao mesmo tempo, porém, que não realiza o “focinho”. No sentido inverso, podemos imaginar que, em determinados discursos, o “focinho” se torne perceptível, sem que a pessoa, no nível linguístico-diatópico, “berlineie”.

Estamos diante de dois tipos fundamentalmente diferentes de tradições do falar: o “berlinear” como tradição linguístico-diatópica e o “focinho” como uma tradição que lhe é “transversal”, mas que claramente transcende o discurso individual e atual.

2 Quatro campos do linguístico

Meu exemplo deve ter tornado claro: como complemento ao modelo coseriano dos três níveis do linguístico, precisamos de mais um tipo de tradição do falar, dada historicamente, mas não própria das línguas particulares⁵.

Em princípio, parece-me que essa lacuna já tenha sido preenchida no livro de Brigitte Schlieben-Lange *Traditionen des Sprechens* [**Tradições do Falar**], de 1983. Sob o aspecto

⁵ Indicações nesse sentido já se encontram no próprio Coseriu (1981: 11, 40, 152); a consequência de uma distinção entre discurso atual/individual e tradição discursiva histórica não chega, entretanto, a ser traçada. Não é aceitável, no meu entender, tornar paralela a relação do tipo de língua e da língua particular com a relação do gênero textual e do texto (discurso) (cf. COSERIU 1981: 117): o “gênero textual” (doravante, caracterizado por mim como “tradição discursiva”) está exatamente no mesmo nível (histórico) que a língua particular.

da oralidade/escrituralidade⁶, ela trata no capítulo 4 das “regras da conversação”: isto corresponde ao nível da atividade do falar. O capítulo 5 é dedicado, em seguida, à “história das línguas particulares”, obviamente, portanto, ao aspecto da língua histórica particular. Segue o capítulo 6: “História das tradições textuais” – e este é o nível de que tratamos aqui.

Considero, portanto, indispensável duplicar o modelo de Coseriu no nível histórico. Paralelamente ou, melhor dizendo, transversalmente às tradições e normas intralinguísticas, devem ser incluídas também as tradições textuais ou - como as denomino – as tradições discursivas ou normas discursivas⁷. Com isso, resulta o seguinte quadro de perspectivas do linguístico:

[1]

Nível	Campo	Tipo de norma	Tipo de regra
Universal	atividade de falar	(cf. notas 7 e 8)	regras do <i>falar</i>
Histórico	línguas particulares	normas da língua	regras da <i>língua particular</i>
Histórico	tradição discursiva	normas do discurso	regras do discurso
individual/atual	Discurso		

A diferença entre o campo da língua particular e o da tradição discursiva é evidente: sob o aspecto intralinguístico, ocupamo-nos com línguas particulares e suas variedades como, por exemplo, o alemão, o inglês, o português, o francês, o russo, o francônio do Mosela, o sertanejo, o cockney, o argot etc.; sob o aspecto da tradicionalidade discursiva, trabalhamos com gêneros textuais, gêneros literários, estilos, gêneros retóricos, formas conversacionais, atos de fala, etc. como, por exemplo, a bula, o soneto, o maneirismo, o discurso cerimonial, o *talkshow*, o juramento de fidelidade do vassalo ao rei, etc.

⁶ N.T.: no original, “*Mündlichkeit/Schriftlichkeit*”, termos utilizados por Koch/Oesterreicher (1990) para distinguir o estilo em que discursos são formulados de seu meio de veiculação. Assim, um discurso escrito (veiculado graficamente) pode ser pouco elaborado linguisticamente (oralidade), a exemplo de mensagens de *whatsapp*. Do mesmo modo, um discurso oral (veiculado fonicamente) pode ser muito elaborado linguisticamente (escrituralidade), a exemplo de um sermão religioso.

⁷ Cf. Stempel (1971); Koch (1987; 1988a: 337-342; 1988b: 343); Schlieben-Lange (1990: 114-119); Oesterreicher (1988: 364-365, 378f.; 1997: 19-21). Hesito um pouco em falar de “normas” do nível universal, isto é, de colocar “normas do falar”, já que “normas” são costumeiramente vistas como grandezas histórico-convencionais (cf. POPITZ 1961: 186-188). Na literatura linguística, o termo “normas” é aplicado, contudo, em parte, também no nível da atividade do falar: Schwarz (1977: 79); Coseriu (1988a: 335); Schlieben-Lange (1990: 117). Veja também nota 8.

Dado que o falar humano é uma ação guiada por regras, temos que presumir a existência de três tipos diferentes de regras que usamos quando falamos: regras do falar, regras da língua e regras do discurso (cf. a coluna direita em [1])⁸. Logicamente não podemos atribuir ao nível individual-atual do discurso nenhum tipo de regra própria e, logo, também nenhum tipo de norma, pois, como Wittgenstein já enfatizou: “Não é possível que apenas uma pessoa, por uma única vez, tenha seguido uma regra” (1953: § 199).

3 Regras do discurso vs. regras da língua

Gostaria ainda de ilustrar o *status* especial das regras do discurso com uma série de exemplos literários da Idade Média:

[2] [a] Bernart de Ventadorn (por volta de 1150- por volta de 1195)

<p>IV Aquest' amors me fer tan gen 25</p> <p>al cor d'una dousa sabor: cen vetz mor lo jorn de dolor e reviu de joi autras cen. Ben es mos mals de bel semblan, que mais val mos mals qu'autre bes; 30</p> <p>e pois mos mals aitan bos m'es, bos er lo bes apres l'afan [...]</p>	<p>VII. Bona domna, re no-us de man mas que-m prendatz per servido r, 50</p> <p>qu'e-us servirai com bo senhor, cossi que del gazardo m'an. Ve-us m'al vostre comandamen, francs cors umils, gais e cortes! 55</p> <p>Ors ni leos non etz vos ges, que-m aucizatz, s'a vos me ren. (de: Rieger 1980/83, I: 114, 116)</p>
--	--

[2] [b] Gace Brulé (por volta de 1160/65- depois de 1212/13)

VI Consoilliez moi, dame, quil poez faire;
s'ainsi me muir ne sai mais qui se teingne
a bone Amour, dont touz li cuers m'esclaire,
quant je vos voi, se joie m'en aveingne.
Mout me mervoil qu'en franc cuer debonaire
45

⁸ Cf. Koch (1988a: 337ss.). Devido a um costume difundido amplamente, entendo por “regras” modelos de ação particulares, enquanto “normas” representam complexos inteiros de regras (cf. SANDIG 1974: 30). Com relação ao conceito “regra”, não vejo problema em sua utilização no nível universal sob a forma de “regras do falar”, diferentemente do conceito “norma” (veja acima nota 7). No lugar de “normas do falar” prefiro falar de “complexos de regras do falar”.

Pouez panser riens dont je morir criengne.
 Chascuns did qu'il ainme autresi,
 Pour CE NE conoist l'em ami.

VII Douce dame, por Deu vos pri
 que je n'aie dou tout failli ! 50

VIII Gasses a son chant defeni,
 qui touz jors sert et n'a merci.
 (de: Rieger 1980/83, II: 78-80)

[2] [c] Friedrich von Hausen (? – 6.5.1190)

Einer vrowen was ich undertân,
 diu âne lôn mîn dienest nan. 90
 von der sprich ich niht wan allez gût,
 wan daz ir mût
 wider mich zunmilt ist gewesen.
 vor aller nôt sô wânde ich sîn gemesen
 dô sich verlie 95
 mîn herze ûf genâde an sie
 der ich dâ leider funden niene hân.
 Nu wil ich dienen dem der lônên kan.
 (de: Bartsch 1966: 27)

[2] [d] Giacomo da Lentini (antes de 1250)

Guiderdone aspetto avere
 da voi, donna, cui servire
 non m'è noia.
 Ancor che mi siate altera,
 sempre spero avere intera 5
 d'amor gioia.
 Non vivo in disperanza,
 ancor che mi diffidi
 la vostra disdegnanza:
 ca spesse volte vidi, - ed è provato, 10
 omo di poco affare
 pervenire in gran loco;
 se lo sape avanzare
 multiplicar lo poco - c'ha 'quistato.
 In disperanza no mi getto, 15
 ch'io medesmo m'imprometto
 d'aver bene.
 Di bon cor' è la leanza
 ch'i' vi porto, e la speranza
 mi mantene. 20
 (de: Contini 1960, I: 58)

Trata-se de trechos de discursos literários em quatro línguas claramente distintas: [2] [a] occitano antigo; [2] [b] francês antigo; [2] [c] médio-alto-alemão; [2] [d] italiano antigo (linguagem lírica siciliana toscanizada). Todos os quatro discursos estão na tradição da lírica de amor medieval trovadoresca. De fato, as coincidências discursivo-tradicionais⁹ são evidentes. Isso vale na perspectiva da forma: as estrofes vêm de canções ou de poemas semelhantes a canções; e vale, acima de tudo, na perspectiva do conteúdo: o tema é o amor na concepção dos trovadores e *Minnesänger*¹⁰. Estamos, portanto, diante de quatro línguas diferentes, mas também de uma relativa uniformidade quanto à tradicionalidade discursiva.

Uma possível objeção contra a diferença essencial entre regras da língua e regras do discurso poderia ser formulada do seguinte modo: “As regras do discurso dizem respeito justamente ao discurso ou texto como unidade hierárquica mais alta na qual o linguístico se organiza; as assim chamadas regras da língua, no entanto, referem-se apenas aos outros níveis da língua: fônico, morfológico, sintático e lexical.” Pode-se mostrar facilmente a partir de algumas unidades lexicais em nossos textos [2] que essas correspondências exatas entre tipos de regras e níveis de estrutura da língua não se aplicam:

[3]

	[2][a]	[2][b]	[2][c]	[2][d]
“dona”	l. 49 <i>domna</i>	l. 41 <i>dame</i>	l. 89 <i>vrowe</i>	l. 2 <i>donna</i>
“servir”, “serviço”, “servidor”	l. 51 <i>servirai</i> l. 50 <i>servidor</i>	l. 52 <i>sert</i>	l. 98 <i>dienen</i> l. 90 <i>dienest</i>	l. 2 <i>servire</i>
“graça”		l. 52 <i>merci</i>	l. 96 <i>genâde</i>	
“recompensa”, “recompensar”	l. 52 <i>gazardo</i>		l. 90 <i>lôn</i> l. 98 <i>lônen</i>	l. 1 <i>guiderdone</i>
“alegria”	l. 28 <i>joi</i>	l. 44 <i>joie</i>		l. 6 <i>gioia</i>

⁹ N.T.: No original, “*diskurstraditionellen*”. Seguindo Winter-Frommel/Serena/Toledo y Huerta (*Tradicionalidad discursiva e idiomática em los procesos de cambio lingüístico*. Tübingen, Narr, 2015, 18), emprego o neologismo terminológico “discursivo-tradicional” como forma adjetiva de referência a fenômenos ligados à tradicionalidade discursiva.

¹⁰ N.T.: “*Minnesänger*”: trovadores germânicos dos séculos XII e XIII, cuja lírica foi influenciada pelos trovadores provençais.

Em um primeiro plano, lidamos aqui com palavras do campo conceitual do feudalismo medieval, que expressam, porém, no sentido metafórico, conceitos centrais da concepção de amor trovadoresca: a mulher amada, adorada como “dona”, “senhora”; a adoração como “serviço”; a “graça” de ser ouvido como “recompensa”; a realização como “alegria”.

É decisivo o fato de que não se trata, no caso dessas metáforas, de uma mudança de significado específica de cada língua ou ainda tipicamente românica (occitano antigo, francês antigo, italiano antigo): o médio-alto-alemão realiza o mesmo sentido com suas unidades lexicais bem diferentes. O sentido das palavras mencionadas, resultante dessa metáfora amorosa, não é nenhum “significado” que está fixado nos respectivos dicionários das línguas particulares.

Por outro lado, cada uma das metáforas trovadorescas está completamente habitualizada e convencionalizada, como já evidencia o modesto material de exemplo coletado em [2]. O surgimento e a convencionalização desse conjunto de metáforas estão claramente ligados a uma determinada prática discursivo-tradicional. Também a difusão dessas metáforas ocorre não por meio de canais linguísticos, mas discursivo-tradicionais, transversais às línguas particulares: partindo da lírica trovadoresca no sul da França (a partir de 1140), de um lado, adentrando a lírica trovadoresca do norte da França (a partir de 1170) e continuando a atingir a lírica trovadoresca alemã (a partir da segunda metade do século XII); de outro, expandindo-se para a lírica amorosa da assim chamada escola lírica siciliana (a partir da terceira década do século XIII).

Isso tudo nada tem a ver com regras da **língua**. É verdade que é teoricamente concebível – e, de fato, com frequência acontece – que tais efeitos de sentido discursivo-tradicionais se expandam a outras tradições discursivas e, por fim, sejam lexicalizados em uma determinada língua particular (vide também 5.4). Contudo, não é preciso que se chegue a tal mudança semântica da língua particular e, realmente, não se chega tão longe em muitos casos. Isso é exatamente o que nosso material em [3] mostra: as palavras afetadas de cada uma das línguas particulares desenvolvem e lexicalizam ainda, no período subsequente, algum novo significado, mas o conjunto de metáforas trovadorescas do “serviço” sucumbiu com as respectivas tradições discursivas líricas.

Portanto, cabe ressaltar que as regras do discurso podem afetar sim também o nível lexical da língua (e isso vale, sem dúvida, para o nível sintático e até para o fônico¹¹).

A diferença entre regras do discurso e regras da **língua** não provém, por conseguinte, do formato das unidades linguísticas que regulam (discurso vs. oração/palavra), mas sim de seus campos de validade e grupos transportadores “transversais”. Regras do discurso são transportadas – para além de comunidades linguísticas – por grupos culturais: grupos de profissões, correntes literárias, movimentos políticos, etc. Regras da **língua**, por outro lado, são transportadas por comunidades linguísticas (cf. SCHLIEBEN-LANGE 1983: 139; 1990: 116).

Apenas mais uma vez, voltemos ao “focinho” berlinense: um problema aqui é esta tradição estar aparentemente domiciliada só em Berlim. Portanto, seria um caso de variação diatópica e, com isso, de regra da **língua**?

O experimento mental apresentado em 1 e as reflexões que seguiram devem ter mostrado com clareza suficiente que as regras diatópicas da língua (“berlinear”) e as regras do discurso como as do “focinho” são fundamental e logicamente independentes umas das outras¹². Que algumas tradições discursivas por acaso existam justamente em uma única comunidade linguística, não contradiz esse fato.

Como nosso exemplo de Berlim e o material em [3] mostraram, o idiomático e o discursivo-tradicional estão entrelaçados de diversas formas, mas devem ser estritamente diferenciados.

4 Atividade do falar — língua particular — tradição discursiva — discurso

Todos os quatro conceitos enumerados em [1] têm a ver, em algum sentido, com o linguístico. Entretanto, há diferenças marcantes não só quanto ao escopo de validade (universal – histórico – individual/atual), mas também quanto à relação com o linguístico¹³. Sob esse

¹¹ A esse respeito, vejam-se as indicações em Coseriu (1981: 38).

¹² Entretanto, esses dois aspectos são confundidos, por exemplo, nos juízos reproduzidos sobre a língua em Berlim em Schönfeld (1992: 287, 290).

¹³ Cf. Gauger (1977: 164ss.); Coseriu (1981: 153); Oesterreicher (1988: 362ss., 380-381; 1997).

último aspecto, o campo da língua particular distingue-se de maneira fundamental de todos os outros.

As regras da **língua** “regulam” apenas fatos puramente linguísticos (por exemplo, a escolha de determinadas oposições fonológicas ou realizações fônicas, formas morfológicas, construções sintáticas, lexemas, etc.). Bem diferentes disso são tanto as regras do **falar** quanto as regras do discurso: as regras do **falar** não “regulam”, de modo algum, somente a escolha de determinados elementos linguísticos (como, por exemplo, expressões referenciadoras), mas ainda, em grande medida, as ações e operações extralinguísticas vinculadas a esses elementos (tais como gestos de apontar, inferências através da ativação de conhecimento de mundo, etc.). Do mesmo modo, as regras do discurso, que nos interessam especialmente, não regulam apenas a escolha de determinados elementos linguísticos (como, por exemplo, as unidades lexicais em [3]), mas também, de forma ampla, opções não puramente linguísticas ou mesmo não linguísticas (tais como métrica, modalidades de execução, *plots*, referências implícitas ao conhecimento cultural, etc.).

Por fim, não é necessário explicar que também discursos atualizados (em que as regras dos três campos restantes apenas são aplicadas) representam um entrelaçamento de realizações linguísticas e não linguísticas.

Em suma, nossas reflexões mostram, portanto, que somente as regras da língua – em relação ao que regulam – são puramente linguísticas, enquanto as regras do falar, as regras do discurso e os discursos estão apenas relacionados ao linguístico; logo, também regulam sempre muito do que é não linguístico.

O imanentismo do estruturalismo e das teorias gerativas foi condicionado, basicamente, por uma concentração no puramente linguístico e, assim, sobretudo aos fatos regulados pelas regras da língua. A abertura da linguística ocorrida desde os anos 70 resultou de uma (re)descoberta de elementos não linguísticos e, com isso, especialmente das regras do discurso e do falar, que são apenas relacionadas ao linguístico.

Todavia, esse desenvolvimento em si positivo não deve esconder que a indispensável distinção entre os campos da atividade do falar, da língua particular, da tradição discursiva e do discurso nem sempre é respeitada com a precisão necessária. Quero mostrar isso, a seguir, com alguns exemplos que nos ajudarão também a dar contornos mais definidos ao campo da tradição discursiva.

4.1 Tradição discursiva vs. língua particular

Justamente na Linguística Textual, que deve ter, naturalmente, um interesse prioritário por tradições discursivas, observam-se, às vezes, apagamentos das fronteiras entre regras do discurso e regras da língua.

Assim, depara-se repetidas vezes com pesquisas do tipo “Sobre o gênero textual X no francês”. Quando gênero textual aqui for referido como “tradição discursiva” (sobre isso veja ainda abaixo 4.2), não se pode entender um tal título equivocadamente no sentido de que X seja um gênero textual “do” francês. Mesmo que uma determinada tradição discursiva fosse restrita à França, ela não representaria um fato da língua francesa¹⁴. Isso não afeta, claro, a tarefa totalmente legítima de investigar como o francês responde na prática às exigências de uma determinada tradição discursiva com seus meios linguísticos particulares¹⁵.

Exemplo significativo para nossa problemática encontra-se no *Lexikon der Romanistischen Linguistik* (LRL)¹⁶. Os volumes III, IV, V, 1, VI, 1 e VI, 2 contêm respectivamente para cada uma das grandes línguas românicas – romeno, italiano, francês, espanhol e português – um artigo sobre “gêneros textuais”¹⁷. Como é óbvio, trata-se, em grande medida, de tradições discursivas. Dado que não existem gêneros textuais “do” romeno, “do” italiano, etc., tais artigos abordam, de modo bem informativo, em parte, problemas da (normatização de) tradições discursivas na história da cultura dos países em questão, em parte, problemas da pesquisa em gêneros textuais na respectiva filologia e linguística.

É também interessante o volume II, 1 do LRL, que contém uma série de artigos sobre as **tendências românicas comuns**. Além de artigos sobre fonética, sintaxe, léxico etc., encontram-se, entre outros, artigos sobre fenômenos discursivo-tradicionais como métrica, tipos e estrutura do verso. É claro que, com relação a esses últimos, a România só pode ter o

¹⁴ Sobre as conclusões de cartas “francesas” como um fenômeno da tradicionalidade discursiva, veja-se Koch (1992b: 23-25).

¹⁵ Paulus (1976), por exemplo, pesquisa sincrônica e diacronicamente a sintaxe de anúncios de jornal franceses. “Franceses” tem aqui duplo sentido: na perspectiva da tradicionalidade discursiva, os anúncios são “franceses”, porque correspondem a um costume da comunidade econômica francesa; na perspectiva da língua particular, porque são escritos em francês. As duas coisas não podem ser reduzidas a uma ou a outra.

¹⁶ N.T.: *Lexikon der Romanistischen Linguistik* (LRL; “Enciclopédia da Linguística Românica”) é a mais vasta enciclopédia de Linguística Românica publicada na Alemanha.

¹⁷ Trata-se dos artigos n.º. 177, 246, 305, 373, 430.

status de comunidade cultural, ao passo que, com relação aos primeiros, ela representa um grupo de línguas particulares estreitamente aparentadas.

Nem sempre é definida claramente a relação entre Linguística (do Gênero) Textual e Linguística Variacional: onde se lida ainda com tradições discursivas e onde já com variedades linguísticas? Quanto a isso, parece particularmente difícil o problema da delimitação de fronteiras entre tradições discursivas e variedades diafásicas.

Nesse contexto, é necessário examinar de modo crítico o termo *estilo*¹⁸. Por *estilo* entende-se, primordialmente, um dado duto histórico do falar, mas, sobretudo, do escrever. Estilos são, nesse sentido, em grande parte, traduzíveis de uma língua particular para outra. Portanto, não se trata de uma tradição específica a uma determinada língua, mas, sim, de tradições discursivas. Não por acaso, um “estilo” serviu-me de exemplo prototípico de tradição discursiva ao final do item 2 (acima). Gêneros literários são tradições discursivas de natureza mais específica; estilos são tradições discursivas mais gerais, que se transpõem aos gêneros literários e os atravessam (não esqueçamos da estilística clássica-retórica, cujos *genera* (*sublime, medíocre, humile*) eram exatamente estilos e não gêneros literários).

Entretanto, o termo “estilo” aparece ainda em outro uso e refere-se, então, frequentemente, a aspectos de outros campos que não os das tradições discursivas. Quero destacar aqui justamente o “estilo” como conceito da Linguística Variacional. Ele representa, nesse caso, variedades diafásicas de uma língua particular (também denominadas de registro), e constitui assim, uma clara grandeza da língua particular¹⁹. “Estilos”, nesse sentido, são, estritamente falando, intraduzíveis, já que cada língua possui sua própria escala de registros. A tradução deve se contentar então apenas com aproximações.

Com cuidado suficiente, precisamente a distinção entre tradição discursiva e língua particular pode nos ajudar a separar os dois conceitos não idênticos de *estilo*²⁰.

¹⁸ Sobre a estilística e o conceito de estilo, vejam-se Devoto (1950: 3-53); Sanders (1973); Zimmer (1978); Segre (1985); Sornicola (1988); Holtus (1990); Gauger (1995).

¹⁹ Veja-se Koch (1988b: 342, obs. 20). As transições entre a Estilística convencional e a Linguística Variacional são perceptíveis já em Bally (1909). A teoria dos assim chamados estilos funcionais da Escola de Praga é decididamente variacionista (cf. HAVRÁNEK 1964). Sobre variação diafásica, vejam-se Halliday et. al. (1964: 87-94); Coseriu (1988b: 49-52); Koch/Oesterreicher (1990: 12-15).

²⁰ Observe-se, adicionalmente, que existem outras – bem interessantes e relevantes – utilizações do termo “estilo”: “estilo” de um indivíduo, o que, de certa forma, deveria ser alocado entre o nível histórico e o atual em [1] (como também em determinados artigos, em SPITZER 1961; também HOLTUS 1990: 157-158.; GAUGER

Ainda mais difíceis são essas diferenciações em determinadas tradições do falar que são normalmente analisadas no âmbito da Linguística Variacional, sem que, contudo, até agora um encaixamento claro na sistemática do variacionismo tenha sido bem-sucedido. Especialmente a linguagem técnica e o linguajar jovem²¹ geram problemas. Considerá-las variedades diastráticas é problemático, já que seus falantes, como é de conhecimento geral, não se comunicam no cotidiano apenas como especialistas de uma área ou como jovens, quer dizer, não estão fixados socialmente a essas tradições. Por outro lado, também não é suficiente considerá-las apenas como variedades diafásicas, pois o pertencimento a um determinado grupo social desempenha, sem dúvida, um papel nada irrelevante para essas tradições.

Talvez se possa escapar dessa dificuldade, perguntando-se se não é melhor retirar o problema da Linguística Variacional (e, com isso, do campo da língua particular): as línguas técnicas e o linguajar do jovem poderiam, então, ser simplesmente interpretados como tradições discursivas. O pertencimento a grupos corroboraria essa ideia. Os respectivos grupos de transportadores não seriam comunidades linguísticas/setores de comunidades linguísticas; pelo contrário, seriam grupos culturais (definidos por meio de uma cultura altamente especializada, respectivamente, por meio de uma cultura da juventude). Fora do âmbito das referidas culturas, seus membros se comunicam, obviamente, seguindo também outras tradições (do mesmo modo que também o trovador medieval não entoava dia e noite apenas a cantiga de amor).

4.2 Tradição discursiva vs. atividade do falar

A diferença entre regras do falar, de um lado, e regras do discurso e da língua, por outro, são evidentes: regras do discurso e da língua têm pelo menos em comum o serem grandezas históricas; as regras do falar, em contraste, têm um *status* universal e atemporal, pois a comunicação humana segue seus critérios praticamente antropológicos.

1995: 212); “estilo” como caráter que é atribuído a toda uma língua particular (por exemplo, MALBLANC 1968; HOLTUS 1990: 162-163).

²¹ Sobre a problemática dessas grandezas, vejam-se Nabring (1981: 144); Kalverkämper (1982: 100); Koch (1988c: 21); Lapp (1989: 54); Radtke (1993: 195-196).

Na distinção entre regras do falar e regras do discurso, o termo ‘gênero textual’, com que já nos confrontamos também em 4.1., marca um ponto crítico. Com esse termo, entidades de naturezas completamente diversas podem ser referidas.

Por um lado, sob a etiqueta “gênero textual”, são oferecidas classificações a partir de conjuntos de traços como os seguintes²²:

oral vs. escrito;
 dialógico vs. monológico;
 parceiros simétricos vs. parceiros assimétricos;
 parceiros familiares vs. desconhecidos;
 função referencial vs. apelativa vs. expressiva;
 desenvolvimento descritivo vs. narrativo vs. expositivo vs. argumentativo etc.

Trata-se acima, obviamente, de uma classificação a partir de constantes universais, que são fundamentais para as regras humanas do falar.

Por outro lado, também classificações da seguinte espécie são acolhidas sob o termo “gêneros textuais”:

hard news, *soft news*, notícia de jornal, comentário de jornal etc.
 entrevista, *talkshow*, etc.
 canção, soneto, *tenzone*, etc.
 prédica, palestra científica, discurso eleitoral, etc.

Nesse caso, trata-se, logicamente, de tradições históricas que são transportadas por determinados grupos culturais; portanto, de tradições discursivas.

Seria aconselhável não utilizar o termo ‘gênero textual’ indiscriminadamente em relação aos níveis das regras do falar e das regras do discurso. Para o nível das regras do discurso, parece-me sempre mais adequado o termo historicamente mais acentuado em sua expressão: ‘tradição discursiva’ (vide também em 6 e 7).

4.3 Tradição discursiva vs. discurso

A necessidade de distinção entre o campo histórico da tradição discursiva e o campo individual do discurso parece-me ter sido suficientemente justificada nos itens 1. e 2. Ela permite-nos, sem dúvida alguma, evitar certas simplificações na recente discussão das

²² Vejam-se Sandig (1975); Steger (1983; este utiliza, porém, subdivisões com termos como “complexo textual” e “espécie textual”).

ciências relacionadas à língua. Isso pode ser ilustrado com um exemplo da literatura, que marcadamente lida tanto com tradições discursivas quanto com discursos individuais (vide também abaixo 5.1).

Já há algum tempo, na Teoria Literária, o conceito de intertextualidade postulado por Kristeva goza de grande popularidade²³. Tal conceito está sendo, porém, desgastado. Com razão, já se indicou que com esse conceito misturam-se dois fenômenos que deveriam ser separados²⁴.

De um lado, o termo “intertextualidade” é utilizado em casos como no título do romance de Grass **Um campo vasto**²⁵. Aqui há uma alusão, em forma de citação, a um discurso concreto, individual (a saber, a trechos bem determinados de *Effi Briest*, de Fontane). Somente em tais casos, deve-se continuar a falar de “intertextualidade”. Trata-se de um traço típico dos discursos literários.

Por outro lado, remete-se, frequentemente, com “intertextualidade” ao fato de que um discurso individual está em uma ou mais tradições discursivas, isto é, pertence a um determinado gênero literário ou estilo, recorre a um determinado fundo de **topos**, etc. Segre (1984: 111) privilegia, neste caso, o termo “interdiscursividade”. Trata-se de um traço inerente a todos os discursos, sejam de natureza literária ou não.

A distinção estrita entre tradição discursiva e discurso permite-nos evidenciar essa diferenciação de forma mais plástica: a ligação a uma tradição discursiva (interdiscursividade) é dirigida por regras do discurso, o que não se aplica, de maneira alguma, à alusão a discursos individuais (intertextualidade).

Obviamente, há a possibilidade de se considerar que, por meio da repetida alusão a discursos individuais, principalmente na literatura, uma regra do discurso ou até mesmo uma tradição discursiva inteira possa surgir. Pense-se, por exemplo, no fenômeno do petrarquismo.

²³ Vejam-se Kristeva (1969: 113-115, 145-153, 255-257); Genette (1979); de Beaugrande/Dressler (1981: 188-215); Schmidt/Stempel (1983); Fitch/Oliver/Ruprecht (1983); Holthuis (1992).

²⁴ Vejam-se Hempfer (1976: 54-55); Pfister (1985: 17-19); Holthuis (1992: 47ss.); Wilhelm (1996: 299-301).

²⁵ N.T: no original, “*Ein weites Feld*”. A expressão “Um campo vasto”, no título da obra de Günther Grass, é citação da fala da personagem Senhor Briest (do romance “*Effi Briest*”), o qual a utiliza como estratégia para evitar temas espinhosos.

5 Tradição discursiva e outros campos do linguístico: o proveito das diferenciações

Eu gostaria agora de esboçar, com a ajuda de alguns exemplos, em que pode consistir o proveito científico de uma grandeza “tradição discursiva” em combinação com os quatro campos do linguístico.

5.1 Literatura e linguística

A distinção aqui proposta dos quatro campos do linguístico ajuda-nos, sem dúvida, a divisar melhor (e talvez também a organizar) a sistemática das disciplinas filológicas.

Para a Teoria Literária, o discurso individual, a “obra”, é, sem dúvida, um objeto de estudo primordial. Além disso, a pesquisa de tradições discursivas, em especial dos gêneros literários, também tem grande importância. Por fim, também determinados aspectos da atividade do falar são seguramente contemplados: instâncias da comunicação (modelos da comunicação humana), atitudes comunicativas fundamentais do ser humano (épico, lírica, drama, narrativa) etc. O campo da língua histórica influencia inevitavelmente o material de estudo da Literatura, mas não constitui por si um objeto de estudo.

Já a Linguística comporta-se de modo totalmente diferente. A língua particular é, precisamente, o objeto de estudo e campo de trabalho genuínos da Linguística. Para isso, a Linguística dos dois últimos séculos desenvolveu teorias e métodos próprios, com os quais pôde se emancipar de outras disciplinas filológicas e humanas²⁶.

Com muita coerência, Saussure diferenciou dentro do complexo global *langage* os dois campos *langue* e *parole* e declarou a *langue* como o objeto de estudo da Linguística. Ainda assim, ele chegou a considerar uma *linguistique de la parole* (cf. SAUSSURE 1916: 38-39.). No contexto da já mencionada abertura da linguística a partir dos anos 70, disciplinas como a Linguística Textual e a Pragmática recorriam à palavra-chave *linguistique de la parole*. Contudo, convém perguntar o que se quer dizer aqui exatamente com *parole*.

²⁶ Cf. Gauger et. al. (1981: 22-28); Oesterreicher (1986: 108-118); Koch (1988a: 343-346).

Segundo a definição dada por Saussure ao conceito, deveríamos entender por *parole* o discurso individual. A Linguística é, porém, uma ciência cujo objeto de estudo não se constitui de produtos da atividade humana (“obras”), mas do conhecimento subjacente de regras dessa atividade. Para a Linguística são interessantes os discursos individuais como material que oferece evidências sobre o conhecimento subjacente de regras em outros níveis (conhecimento de regras da língua, conhecimento de regras do falar e conhecimento de regras do discurso). Uma *linguistique de la parole* no sentido de uma Linguística do Discurso não pode, por definição, existir (cf. GAUGER 1977: 159ss.; GAUGER ET AL. 1981: 12-13).

O que no *Cours* é caracterizado – talvez de modo descuidado – como *linguistique de la parole*, só pode ser uma Linguística da atividade do falar ou das tradições discursivas, e, com isso, os campos de trabalho a que disciplinas como a Linguística Textual e a Pragmática se atreveram pioneiramente estão delineados (com limites nem sempre muito exatos entre atividade do falar e tradições discursivas: veja acima 4.2).

Neste ponto, é preciso lembrar que os campos da atividade do falar e da tradição discursiva são apenas relacionados com o linguístico, mas não são puramente linguísticos (vide acima o início do item 4 e nota 16). Se a Linguística se ocupar da atividade do falar ou das tradições discursivas (o que é absolutamente legítimo e desejável), então ela dependerá de cooperação interdisciplinar: no campo da atividade do falar, convém o diálogo com disciplinas como Antropologia, Filosofia, Semiótica, Sociologia, Psicologia, Ciência da Cognição, Biologia, Fisiologia, Fonética e etc.; no campo da tradição discursiva, necessita da cooperação com disciplinas como Teoria Literária (!), Musicologia, Retórica, História da Cultura, Diplomática, História, História da Economia, História do Direito, História da Igreja, etc.

Deve ter ficado claro que as duas disciplinas filológicas, Teoria Literária e Linguística, têm focos de interesse em campos bastante diversos. Isso se torna nitidamente perceptível, por exemplo, em uma disciplina como a Romanística.

Por que o estudioso das literaturas românicas deveria pesquisar a lírica trovadoresca (vide acima [2]) somente no alto-occitano, no francês antigo e no italiano antigo e excluir o médio-alto-alemão de sua consideração? Isso se aplica, em sentido inverso, mais do que nunca para seu colega germanista. A tradição discursiva prevalece aqui sobre a língua histórica.

Em contrapartida, o romanista, especialmente se trabalha na perspectiva histórica, tem na România um campo de trabalho demarcado primariamente pelo critério da língua particular. Aqui prevalece a língua histórica sobre a tradição discursiva (o que não elimina o fato de que o aspecto discursivo-tradicional produz aprimoramentos importantes no modo de tratamento do linguístico: veja abaixo 5.2.-5.3.).

5.2 Oralidade e escrituralidade

Ao tratar de oralidade e escrituralidade, mostrou-se proveitoso separar o aspecto referente ao meio (meio fônico vs. meio gráfico) do aspecto da concepção discursiva²⁷ (imediatez vs. distância comunicativa)²⁸. Em uma análise mais aprofundada, verifica-se que tanto o meio quanto a concepção discursiva – ambos à sua maneira – são importantes no nível das tradições discursivas.

Assim, pode-se dizer que toda tradição discursiva tem um “perfil” medial: por exemplo, o *small talk* (fônico); o **texto de uma lei** (gráfico), a **palestra científica** (fixada graficamente, depois realizada fonicamente pela leitura em voz alta). É óbvio que toda tradição discursiva é também fundamentalmente determinada por um perfil de concepção discursiva; quer dizer, pode-se alocá-la em um ponto do *continuum* de imediatez-distância comunicativa que, em princípio, é independente de seu perfil medial. Essa separação estrita entre meio e concepção discursiva causa sempre, na discussão, uma certa perplexidade, que pode ser, todavia, confrontada com a reflexão que segue.

No nível do discurso, o meio e a concepção discursiva são variáveis claramente independentes uma da outra: se, por diversão, eu ler um artigo de jornal em voz alta, ele continuará ainda assim a ser um artigo de jornal. Aqui se manifesta o conceito de *medium transferability* (LYONS 1981: 11), característico da linguagem humana.

Quando, porém, a própria transposição de meio se torna tradicional, isso muda de figura: a entrevista e a entrevista impressa de jornal são duas tradições discursivas diferentes, e não só em termos de meio, mas também em termos de concepção discursiva (sendo que a

²⁷ N.T.: Seguindo Marcuschi (*Da fala para a escrita*. Atividades de retextualização. São Paulo, Cortez, 2003), utilizo o termo “concepção discursiva”, em português, como equivalente ao termo “Konzeption” na teoria de Koch/Oesterreicher (1990).

²⁸ Vejam-se Söll (1985: 17-25); Koch/Oesterreicher (1985: 17-19; 1990: 5-6; 1994: 587); Raible (1994: 4-6).

entrevista de jornal tende mais fortemente à distância comunicativa). Contudo, esse exemplo nos mostra, ao mesmo tempo, que também aqui a separação entre meio e concepção discursiva deve ser mantida: a transposição medial do fônico para o gráfico não leva, de modo algum, para uma transposição totalmente concepcional; antes, a entrevista de jornal desloca-se no *continuum* concepcional apenas um pedacinho adiante em direção à distância, mas conserva, ainda, certos elementos de imediatez comunicativa.

5.3 História da língua e primórdios da escrituralidade

A história da língua é a história respectiva de uma língua particular. Todavia, desde Gabelentz (1891/1972: 141-142), distingue-se entre história interna e externa da língua. A primeira diz respeito às mudanças dos fatos das línguas particulares (mudança fônica, mudança gramatical e lexical); a última ocupa-se dos acontecimentos político-históricos, econômicos, culturais, religiosos, entre outros, relevantes para os períodos temporais correspondentes.

Contudo, não existe, na verdade, nenhuma ligação direta entre a mudança interna da língua e os acontecimentos externos (a não ser em casos de política linguística intencional). Quando se iniciam mudanças no campo político, econômico, cultural, religioso etc., despertam-se novas necessidades comunicativas. Essas novas necessidades motivam, por sua vez, o surgimento de novas tradições discursivas (vide abaixo 7). O material linguístico utilizado nessas novas tradições discursivas pode – embora não precise – sofrer determinadas mudanças, o que afeta também o nível da língua particular e da história interna da língua. A verdadeira ligação entre história externa e história interna da língua são as tradições discursivas (cf. KOCH 1988b: 343s.).

Esse fato pode ser observado de modo verdadeiramente paradigmático nos primórdios da escrituralidade nas línguas românicas, extensamente pesquisado no Freiburger SFB 321²⁹.

Estaríamos desconsiderando totalmente a consciência dos sujeitos falantes/escreventes de tempos passados, se supuséssemos que, em algum momento do tempo, eles tiveram a intenção de transpor uma língua particular em sua totalidade para a

²⁹N.T.: SFB é a abreviatura de “*Sonderforschungsbereich*”, “campo de pesquisa especial”. O SFB 321 é cadastrado na Universidade de Freiburg sob o título “*Übergänge und Spannungsfelder zwischen Mündlichkeit und Schriftlichkeit*” (“Transições e campos de tensão entre oralidade e escrituralidade”).

escrituralidade. A realidade mostra, ao contrário, que os “transportadores” de uma determinada tradição discursiva (praticada na escrita) perseguiram objetivos comunicativos bem específicos e, segundo esses objetivos, escolhiam seus meios linguísticos. Quando lhes parecia mais eficaz, recorriam, se necessário, a uma língua particular/variedade linguística, que ainda não tinha penetrado até então a tradição discursiva em questão (e talvez nem mesmo tivesse atingido a escrituralidade)³⁰. (Essa perspectiva torna mais compreensível o fenômeno frequente da mistura de línguas: a “pureza” linguística é menos decisiva que a eficiência discursivo-tradicional-comunicativa)

Conseqüentemente, a transição para a escrituralidade desenvolve-se continuamente, passo a passo, pedaço por pedaço, em cada tradição discursiva, primeiro gradualmente, depois englobando cada vez mais tradições discursivas, até que, alastrando-se, toda uma língua particular tenha adentrado a escrituralidade. Esse é o processo que se poderia caracterizar como “elaboração extensiva³¹” em esclarecimento de uma terminologia introduzida por Kloss³².

5.4 Demais possibilidades de inter-relação

Estou convencido de que existe uma variedade de outras problemáticas filológicas e linguísticas em que a grandeza “tradição discursiva” e sua delimitação dos outros campos do linguístico é proveitosa. Por falta de espaço, isso só pode ser indicado aqui de maneira concisa, com base em alguns exemplos escolhidos:

³⁰ Cf. Koch (1990: 130-131; 1993: 40-41, 62-74). A documentação completa dos testemunhos românicos escritos mais antigos em Frank/Hartmann (1997) está, consistentemente, bem organizada segundo critérios discursivo-tradicionais (a esse respeito, veja-se também FRANK/HARTMANN 1993).

³¹ N.T.: no original, “*extensiver Ausbau*”. Na elaboração extensiva, uma língua deve poder ser empregada em todas as tradições discursivas vigentes na cultura correspondente (isto é, atingir as tradições da escrituralidade). Já na elaboração intensiva, essa língua deve criar meios linguísticos que satisfaçam os requisitos da escrituralidade. Quando uma língua não atinge as tradições discursivas da escrituralidade e outra variedade assume essa função, fala-se de *diglossia*: o latim clássico, por exemplo, permaneceu por longo tempo como a variedade utilizada em discursos teológicos e científicos, enquanto as diferentes variedades de latim vulgar eram utilizadas nas formas comunicativas da esfera privada (cf. KOCH/OESTERREICHER 1990).

³² Sobre o conceito de elaboração, veja-se Kloss (1978: 37ss.); sobre elaboração extensiva, Koch/Oesterreicher (1990: 128; 1994: 589, 594). As etapas da elaboração extensiva do italiano através do desenvolvimento sucessivo de campos discursivo-tradicionais são ilustradas claramente por Krefeld (1988).

- A **relatinização** das línguas românicas pode ser compreendida como um processo que se realiza principalmente a partir de canais discursivo-tradicionais (cf. RAIBLE 1996: 126-127³³).
- De modo geral, as pesquisas sobre empréstimo linguístico poderiam ser mais bem-sucedidas se dessem atenção a parâmetros da tradicionalidade discursiva.
- Uma noção realista do processo de mudança de significado lexical só pode ser obtida se forem diferenciadas inovação *ad-hoc* no discurso, habitualização em tradições discursivas (vide acima 3) e lexicalização no nível da língua particular.
- Uma Linguística que se entende empírica, seja ela sincrônica ou diacrônica, deve sempre considerar, ao compilar discursos individuais que lhe servem como *corpora* (quer dizer, como material (no sentido tratado em 5.1), que eles pertencem a tradições discursivas bem determinadas e, nessa medida, as estruturas linguísticas nunca se oferecem como “fatos brutos”³⁴, mas possivelmente em “distorção” discursivo-tradicional³⁵. Por outro lado, quando se mantém os olhos atentos a isso, determinadas tradições discursivas podem se mostrar especialmente adequadas para fornecer determinados fatos linguísticos de forma abundante.

6 Da historicidade das tradições discursivas

Devemos agora mais uma vez nos concentrar na parte “tradição” do termo “tradição discursiva”. Ela remete-nos muito simplesmente ao fato de que tradições discursivas são complexos de regras com caráter histórico. Trata-se, portanto, de fenômenos historicamente modificáveis.

³³ N.T.: Raible (1996) destaca as seguintes fases de relatinização das línguas românicas, associando-as à produção e recepção de determinadas tradições discursivas (tais como cartas, prosa científica e jurídica, entre outras): fase da primeira escrituralização na respectiva língua vernácula, que ocorreu em regiões específicas da România entre os séculos 9 e 13; fase influenciada pelo Humanismo e Renascimento, em que predomina a prática de tradução do latim e, mais tarde, de retorno ao latim como língua da comunicação escrita; por fim, fase da Contra-Reforma e do neolatim.

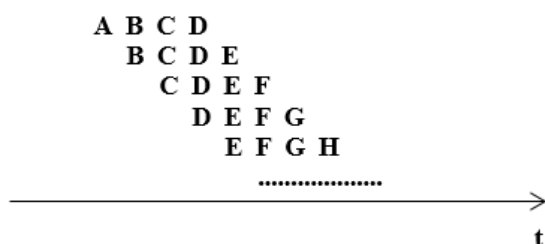
³⁴ N.T.: Na filosofia, fatos brutos são aqueles sem explicação ou causa anterior. Aqui o autor nega a existência de usos linguísticos imotivados, uma vez que os recursos linguísticos se distribuem por tradições discursivas, quer dizer, estão em “distorção discursivo-tradicional”.

³⁵ Como exemplos de pesquisas diacrônicas que consideram a qualidade discursivo-tradicional do material discursivo, vejam-se Stempel (1964) e Selig (1992).

À historicidade das tradições discursivas liga-se um problema que há muito tempo é discutido vivamente, em especial, na Teoria Literária, mas que se coloca, afinal, para todas as tradições discursivas: as denominações de gêneros literários em cada língua mostram, via de regra, uma alta estabilidade no tempo; elas tendem a ser conservadoras. A realidade do gênero literário que se esconde por trás das denominações é, ao contrário, instável e, acima de tudo, modificável no tempo³⁶. Discursos literários bem como não literários ligam-se sempre a convenções correntes e vão também, invariavelmente, para além do que está posto (cf. RAIBLE 1980: 326, 341).

Temos, portanto, de um lado, a tendência à constância das denominações para as tradições discursivas; de outro, uma mistura de elementos constantes e modificáveis na realidade das tradições discursivas (em perspectiva diacrônica, mas também sincrônica). Aqui convém recorrer ao conceito de “semelhança familiar” de Wittgenstein e empregar o conceito, frequentemente a ele relacionado, de prototipicidade da psicologia cognitiva³⁷. Assim, a identidade diacrônica de um gênero, em algumas circunstâncias, pode ser reconhecida apenas a partir de semelhanças familiares ou de efeitos de prototipicidade (cf. WILHELM 1996: 14-16), o que se poderia representar, conforme Strube (1989: 43), da seguinte maneira (em que as letras maiúsculas representam os traços de gênero e as sequências de letras as manifestações e subtipos do gênero em questão dentro do tempo (t)).

[4] [a]

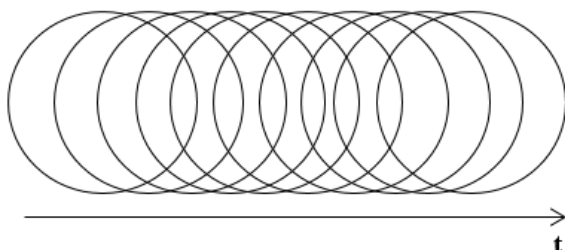


³⁶ Não poderá ser aprofundado aqui o problema – importante – da exata relação entre realidade do gênero, conhecimento implícito dos usuários, categorias de gênero explícitas dos usuários, retóricos/poetólogos e, por fim, cientistas contemporâneos. Sobre isso, vejam-se Jauß (1972); Hempfer (1973); Steger (1983); Verweyen (1989); Wilhelm (1996: 3-16, 19-28); Schlieben-Lange (1997).

³⁷ Vejam-se Strube (1989: 41-45, em referência a WITTGENSTEIN 1953: §§ 66-71); Molino (1993: 4-5, em menção a ROSCH 1978 e LAKOFF 1987).

Outro modo de representação gráfica, que se conecta às representações correntes na Linguística (como GIVÓN, 1986: 78), seria o seguinte:

[4][b]



É fundamental o seguinte: ao final de uma filiação, temos que contar com a existência de uma realidade discursivo-tradicional completamente distinta (por exemplo, EFGH em [4][a]) da inicial (por exemplo, ABCD), embora a continuidade histórica continue a vigorar ao longo do espaço temporal *t*.

Com certeza, ficam ainda alguns pontos a esclarecer sobre as representações em [4][a] e [b] e sobre os conceitos a elas subjacentes. Assim, deve-se perguntar se um simples modelo de “sobreposição” em série faz jus à complexidade da dinâmica discursivo-tradicional, dado que – pelo menos em relação às denominações dos “gêneros” – seria com certeza necessário contar com processos de extensão e restrição, e até mesmo com deslocamentos metafóricos e metonímicos³⁸. Sem esquecer dessas ressalvas, por motivos técnicos de representação, seguiremos adiante para a consideração diacrônica, usando a forma apresentada em [4] [b], que, apesar de tudo, simboliza, de algum modo, uma espécie de mutabilidade histórica e de dinâmica das tradições discursivas.

³⁸ Na semântica linguística, o conceito de semelhança familiar, o modelo de sobreposição e o conceito de prototipicidade foram, sem dúvida, projetados uns sobre os outros de forma intensamente simplificadora. Sobre isso, vejam-se Kleiber (1990: 147-183) e Koch (1996: 231-237).

7 Tradições discursivas como tradições culturais entre conservadorismo e dinâmica

Como já discutido em 6, a prática discursivo-tradicional está sempre no campo de tensão entre convenção e inovação. A seguir, veremos mais de perto, por um lado, os elementos persistentes, conservadores de tradições discursivas; por outro, os dinâmicos, inovadores.

Para tanto, parto do princípio de que tradições discursivas são, basicamente, apenas um tipo das multifacetadas tradições culturais do ser humano, e, nessa medida, apesar de todas as diferenças na “matéria”, compartilham semelhanças fundamentais com:

- tradições das artes plásticas;
- tradições musicais;
- tradições vestuárias;
- tradições gastronômicas;
- tradições esportivas;
- tradições religiosas;
- tradições da forma estética de objetos técnicos (doravante, “estética técnica”), etc.

Por conseguinte, refiro-me adiante, de maneira assumidamente informal, também a reflexões a partir de exemplos dessas outras tradições culturais.

Que tradições culturais se modificam continuamente no decorrer da história da cultura é evidente. Sempre que aparecem novos desafios culturais, econômicos e técnicos, resultam novas necessidades práticas, a que as tradições culturais existentes não podem satisfazer prontamente. Nesse ponto, podem surgir novas tradições culturais.

Como um caso particular desse quadro mais amplo, podemos descrever também a dinâmica das tradições discursivas: de novos desafios culturais, econômicos e técnicos surgem novas necessidades comunicativas que até então não tinham sido previstas pela “economia comunicativa”³⁹ da cultura em questão e às quais as tradições discursivas existentes não podem satisfazer. Nesse ponto, podem surgir novas tradições discursivas.

³⁹ Sobre o importante conceito de “*kommunikativer Haushalt*”, veja-se Luckmann (1997).

Alguns aspectos do surgimento e desenvolvimento de novas tradições culturais e, com isso, também de novas tradições discursivas, serão esboçados a seguir.

7.1 Tradições culturais nunca surgem *ex nihilo*⁴⁰

Se, como demos a entender acima, o repertório de tradições culturais existentes, bem como de tradições discursivas de uma dada cultura não pode, prontamente, satisfazer novas necessidades culturais e comunicativas, então cabe perguntar de onde vêm, na verdade, as novas tradições culturais e discursivas. Aqui os sistemas culturais reagem claramente com cuidadosa flexibilidade: novas soluções só podem ser encontradas por meio do afrouxamento do existente; porém, as inovações não se distanciam excessivamente do estado de equilíbrio comprovado (cf. BÜHL 1986: 139). É decisivo reconhecer que, apesar de toda inovação, as novas tradições nunca surgem *ex nihilo*, mas têm de se ligar sempre a algo já dado (cf. WILHELM 1996: 299).

Pensemos, por exemplo, no campo da estética técnica dos primeiros automóveis (os *oldtimer*). Seu desenho apresentava-se como um novo desafio e, na época, apoiou-se, claramente, no formato do veículo quatro-rodas de transporte pessoal mais próximo a eles: a tradicional carruagem. Os mais antigos *oldtimer* são, basicamente, carruagens sem cavalo, equipadas com motor e volante. A tradição estética do *design* de automóveis seguiu, então, seus próprios caminhos, de modo que a limusine atual não tem mais muito em comum com uma carruagem. Contudo, o afrouxamento ocorreu, como se pode facilmente adivinhar pela história do *design* de automóveis, somente de maneira bem gradual. Pode-se lembrar, ainda, dos fuscas, que mantiveram uma forma reduzida de estribo de carruagem até quase o nosso presente atual.

Podemos perceber: na fase inicial de uma nova tradição, apoiamo-nos em uma tradição anteriormente preservada, que não está muito distante nem estética nem comunicativamente das novas exigências, ainda que essa tradição não lhes seja por certo plenamente adequada.

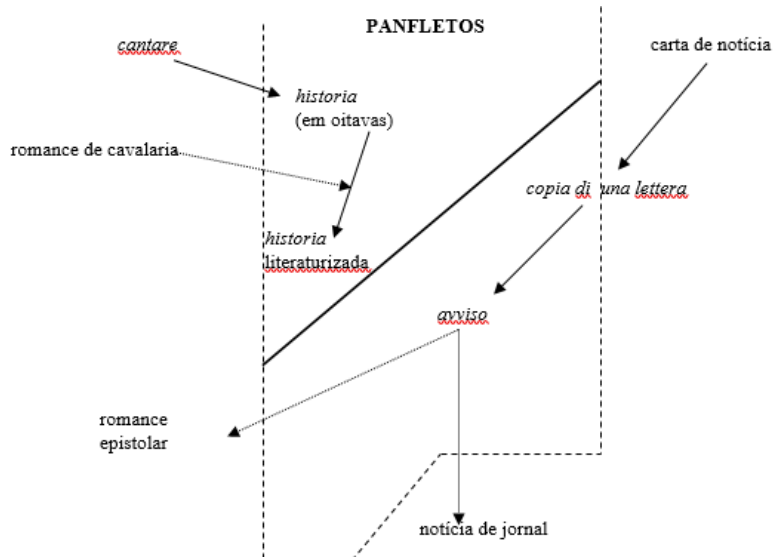
⁴⁰ N.T.: *Ex nihilo, nihil*: nada provém do nada.

Do mesmo modo se comportam as tradições discursivas. Um material ilustrativo desse comportamento é oferecido pelo trabalho de Raymund Wilhelm sobre panfletos italianos na primeira metade do século XVI⁴¹.

Depois da revolução midiática que foi o invento da impressão, surgiram, a partir do final do século XV em determinados países europeus, os primeiros panfletos como nova forma de produto (na Itália, a partir de 1471). Apesar de sua medialidade e recepção inovadoras, os primeiros panfletos apoiavam-se, invariavelmente, em tradições discursivas já existentes (sobre isso, veja esquema [5]). Na primeira metade do século XVI, destacam-se aqui, principalmente, a **historia** (em oitava) e o *avviso* (em prosa): do ponto de vista discursivo-tradicional, a **historia** nada mais é que uma transfuncionalização da *cantare* — uma balada declamada de memória, cuja impressão e venda como **historia** representavam nesse tempo uma fonte adicional de lucro para o menestrel; o *avviso* apareceu, na perspectiva discursivo-tradicional, da impressão de uma carta de notícia manuscrita (*copia di una lettera*).

Claro que as duas tradições discursivas desenvolvem, então, vida própria no período subsequente (a esse respeito, vejam-se 7.2 e 7.7).

[5] Tradições discursivas em panfletos italianos 1500-1550 (segundo WILHELM 1996)



⁴¹ Cf. Wilhelm (1996: 28, 65-67, 123-273, 300).

Se, portanto, tradições culturais e, em especial, tradições discursivas não surgem *ex nihilo*, resta indagar como elas desenvolvem o tradicional em algo novo. Trataremos disso nos itens 7.2 e 7.3.

7.2 ○ conservadorismo de tradições culturais

No surgimento de novas tradições culturais e discursivas a partir de antigas, deve-se contar com certo conservadorismo; quer dizer, nas novas tradições permanecem, por algum tempo, certos elementos constituintes das tradições subjacentes, mesmo que sejam, na verdade, disfuncionais em relação ao objetivo comunicativo. Contudo, mais cedo ou mais tarde, os elementos disfuncionais serão, então, submetidos à possibilidade de apagamento.

No campo da estética técnica, isso pode ser percebido, por exemplo, nos relógios de pulso. Os relógios analógicos, com ponteiros e mostrador, eram normalmente (e sensatamente) desenhados em circunferência. Quando os primeiros relógios digitais chegaram, eles conservaram, de início, o formato arredondado, embora o próprio mostrador digital fosse retangular. Mais tarde, o *design* dos relógios digitais reagiu a esse fato e desenvolveu também formas retangulares.

De novo, podemos observar algo semelhante com as tradições discursivas. O gênero jornalístico **notícia de jornal** tem sua origem na impressão de cartas e relatos enviados por correspondência (“relatos do correspondente”). Nessa medida, o *avviso*, mencionado em 7.1, corresponde a um antigo antepassado dessa tradição discursiva (veja-se [5] acima; cf. WILHELM 1996: 250-260).

Tal filiação permanece perceptível, durante muito tempo, na construção textual da notícia de jornal. Assim, por exemplo, o jornal *Vossische Zeitung*, ainda no ano de 1914, noticia o assassinato do herdeiro do trono austro-húngaro Franz Ferdinand e de sua esposa, em Sarajevo, de maneira absolutamente narrativa — o que para nós, leitores de jornal da atualidade, é quase inimaginável. De fato, o cerne verdadeiro dessa notícia sensacional é alocado, bem fielmente à *ordo naturalis* [ordem natural], pouco antes do fim do texto (trecho em itálico):

[6]

Saraievo, 28 de junho (telegrama de nosso correspondente). Quando o arquiduque e sucessor do trono Franz Ferdinand e sua esposa, a duquesa de Hohenberg, dirigiam-se hoje de manhã à prefeitura para recepção no local, uma bomba foi arremessada contra o automóvel do arquiduque, que explodiu, todavia, quando o automóvel do sucessor do trono já havia passado pelo trecho. No carro que o seguia, foram feridos seriamente o major conde Boos-Waldeck, da chancelaria militar do sucessor do trono, e o tenente-geral Merizzi, ajudante pessoal do governador da província da Bósnia. Seis pessoas do público foram gravemente feridas. A bomba havia sido atirada por um tipógrafo de nome Cabrinowitsch. O autor do crime foi preso imediatamente. Depois da festiva recepção na prefeitura, o casal sucessor do trono prosseguiu com o circuito turístico pelas ruas da cidade. **Perto do edifício do governo da província, um estudante do oitavo [e último] ano de nome Princip, originário da cidade de Grabow, disparou vários tiros, de uma browning, contra o casal herdeiro do trono. O arquiduque foi atingido na face; a duquesa, no abdômen. Ambos faleceram em virtude dos ferimentos, pouco depois de levados ao palácio do governo.** Também o autor do segundo atentado foi preso. A multidão amargurada quase linchou os dois criminosos.

(de: *Vossische Zeitung*, 29 de junho de 1914, *apud* STEFFENS 1969: 70-71; destaque do autor)

Essa construção textual basicamente não combina com as restrições econômicas e comunicativas da imprensa jornalística. Primeiramente, o produto jornal necessita de uma forma de apresentação da informação que desperte no leitor potencial a necessidade de mais informações e, com isso, crie um estímulo para a compra. Além disso, as restrições redacionais do jornalismo favorecem um princípio jornalístico de construção do texto em que a relevância das informações se reduz ao final do artigo, de tal modo que o artigo possa ser encurtado de trás para frente relativamente sem problemas. Por fim, a recepção ocorre pelo leitor do jornal de maneira seletiva: ele deve decidir com uma rápida vista d'olhos o que ele realmente quer ler em maiores detalhes.

Por isso, já há algum tempo, cristalizou-se nas assim chamadas *hard news* o princípio do *lead*: os pontos centrais das informações aparecem, contrariando a *ordo naturalis*, logo no início, na manchete e no subtítulo, depois no parágrafo de *lead*, mais enriquecido, e somente na parte principal (*body*) do artigo são totalmente desdobrados⁴³. O longo conservadorismo da notícia de jornal, exemplificado em [6], sucumbiu, portanto, às condições de produção, venda e recepção descritas.

⁴³ Cf. Steffens (1969); Dovifat/Wilke (1976: 168-174); Lüger (1995: 94-98).

7.3 Estetização de vestígios disfuncionais em tradições culturais

Quando traços “conservadores” em uma tradição cultural se tornam disfuncionais, há a possibilidade de serem eliminados (veja-se 7.2) ou também, em certas circunstâncias, estetizados.

No campo das tradições musicais, isso se pode observar, por exemplo, nas raízes do *blues*. Na música africana, usa-se tradicionalmente uma escala de sete notas com intervalos de graus aproximadamente idênticos, que são, respectivamente, um pouco menores que um “tom inteiro” em nossa concepção. Isso contrasta com a entonação maior europeia, cuja escala de sete notas apresenta tons desiguais: semitons entre a terça e a quarta e entre a sétima e a oitava; de resto, porém, tons inteiros. Os escravos africanos na América do Norte tinham, por conseguinte, dificuldades em tocar suas melodias entoadas em escalas de graus idênticos em instrumentos europeus afinados para escalas de graus desiguais. Pelo menos nos pontos de maior divergência entre as duas escalas de entonação (terça e sétima), eles se valiam de batidas anteriores, ou de toques simultâneos da terça maior e menor ou da assim chamada técnica *bottleneck* na guitarra, etc. Isso resulta nas conhecidas *blue notes* que são tão características da entonação do *blues* (cf. FLENDER/RAUHE 1989: 77 em diante). Depois que o *blues* passou a ser tocado somente em instrumentos europeus e até mesmo por brancos, as *blues notes* transformaram-se em um traço puramente estético dessa corrente musical.

Observamos algo semelhante especialmente em tradições discursivas literárias. Assim, em sociedades orais, as tradições discursivas poéticas (canção, épico, etc.) estão, obrigatoriamente, ligadas à assonância/rima, ao ritmo e, com frequência, à música, dado que a memorização da poesia em meio fônico de outro modo não seria possível⁴⁴. Depois da difusão da escrita e, sobretudo, depois da tarefa ainda típica da Idade Média da “vocalidade” com base escrita (cf. ZUMTHOR 1987), as chamadas qualidades tonais e rítmicas dos discursos poéticos perdem cada vez mais sua relevância “técnica” para a memorização: elas se tornam características puramente estéticas da poesia.

A constatação de que tradições culturais nunca surgem *ex nihilo* (7.1) implica que sempre, em seu interior, algo antigo, tradicional é perpetuado (7.2/3). Por outro lado, sem

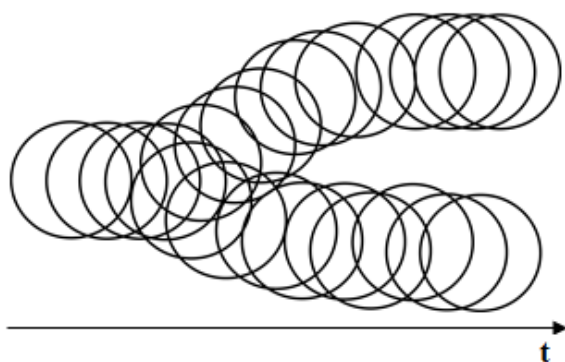
⁴⁴ Sobre os elementos constitutivos da poesia oral, vejam-se Lord (1960); Parry (1971); Finnegan (1977); Ong (1982: 31-77); Zumthor (1983); Foley (1988).

dúvida, também é necessário indagar como, ao mesmo tempo, o novo e inovador surgem (7.4-6). Sugestões importantes como resposta a essa pergunta encontramos em Wilhelm (1996).

7.4 Inovação através da diferenciação de tradições culturais

Um processo típico da inovação de tradições culturais é o de diferenciação de tradições, que se poderia representar, em referência a [4][b], do seguinte modo:

[7] Diferenciação de tradições culturais



Como exemplo do campo religioso, poderia ser citado, neste contexto, o culto cristão, que se diferenciou sucessivamente em um culto católico-romano, ariano, ortodoxo, luterano, reformado, anglicano, etc.

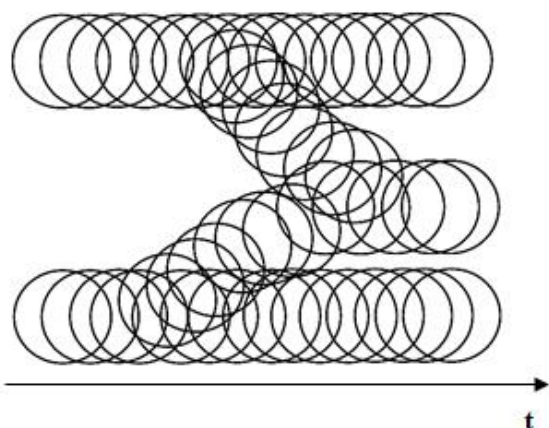
No campo da tradicionalidade discursiva, retomando o esquema [5], podemos observar determinados desenvolvimentos que se processam com base no *avviso*, em panfletos italianos da primeira metade do século XVI⁴⁵: de um lado, surgem do *avviso* os gêneros jornalísticos autênticos – uma filiação que, por fim, levará até a notícia de jornal (vide acima 7.2); de outro, observa-se a literarização do *avviso*, que, então, aponta para a direção do romance epistolar (o que não quer dizer, obviamente, que o romance epistolar, por sua vez, alimente-se somente dessa fonte).

7.5 Inovação através da mistura de tradições culturais

⁴⁵ Cf. Wilhelm (1996: 250-273, 298).

A diferenciação de tradições culturais pode ser, em determinadas circunstâncias, uma diferenciação puramente interna. Agora, são “as culturas [...] em seu surgimento sempre sincréticas [...]; quer dizer, elas vivem mais da difusão e da recombinação do que da criação original” (BÜHL 1986: 124-125)⁴⁶. Nessa medida, a diferenciação de tradições culturais caminha de mãos dadas com um processo de mistura de tradições, o que se pode representar, em referência a [4][b], como segue:

[8] Mistura de tradições culturais



Aqui, exemplos bem ilustrativos são encontrados especialmente no campo da dinâmica música pop, cuja evolução é marcada por processos permanentes de mistura e fusão (o que, recentemente, foi até mesmo formulado com o conceito de *crossover*). Assim, o *rock 'n' roll* dos anos 50 surgiu através da mistura do *rhythm & blues* e da música americana *country*. Nos anos 90, o *grunge* mistura, como estilo de música e, simultaneamente, de moda, o *hardrock* e o *punk* com elementos *hippies*.

No campo da tradicionalidade discursiva⁴⁷, encontramos material interessante para os processos de mistura, por exemplo, no século XIII, nas cada vez mais autosuficientes *comuni* do norte e do centro da Itália, onde nasce uma nova necessidade social de discurso político público. Entretanto, não existia (mais) uma tradição comprovada para esses tipos de discursos nas sociedades hierárquicas da Idade Média. Nessa medida, é compreensível que diferentes

⁴⁶ N.T.: no original: “Kulturen [...] in ihrer Entstehung immer synkretistisch [...]; d.h. sie leben mehr aus der Diffusion und der Rekombination als aus der originären Schöpfung”.

⁴⁷ Utilizo o conceito de mistura discursivo-tradicional aqui, se entendo corretamente, em um sentido menos específico do que Wilhelm (1996: 297-298)

tendências discursivo-tradicionais tenham se misturado⁴⁸ na *arenga*, recém-surgida nessa época.

Os únicos retores competentes encontravam-se durante a alta Idade Média na *ars dictandi*. Esses *dictatores* tinham experiência na elaboração de discursos-modelo. É verdade que se tratava de modelos de cartas e documentos (vide também abaixo 7.6); porém, a carta (oficial) do tipo *dictamen* e os discursos públicos partilhavam, naquela época, de semelhanças bem marcantes (cf. 5.2): a concepção discursiva pronunciadamente distante⁴⁹, a orientação à realização fônica (pela leitura em voz alta na carta; pela exposição livre no discurso). Assim, fazia sentido transpor regras do discurso do *dictamen* à nova tradição da *arenga*: formas de tratamento, *cursus*, construção textual, etc⁵⁰. No entanto, justamente a construção textual (*salutatio – exordium – narratio – petitio – conclusio*) mostrou-se rígida demais. Desse modo, a *arenga* orientou-se, além disso, pela única tradição pública consolidada, ainda que não política, isto é, a prédica: *invocatio*, *Amen* e um *exordium* carregado com citações bíblicas. Acrescentavam-se, ainda, regras do discurso, que possivelmente eram provenientes de uma forma elementar de discurso público já praticada nessa época: pedido de atenção (no lugar de *salutatio*), *topos* da brevidade, afirmação solene de incapacidade, elogio dos ouvintes (*commendatio*).

⁴⁸ Vejam-se Battistini/Raimondi (1984: 24-30); Koch (1987; 1998); sobre a *ars dictandi*, vejam-se Murphy (1974: 194-268); Schaller (1980); Holtus/Schweickard (1989: 23-35); Camargo (1991); sobre *ars arengandi*, vejam-se Koch (1992a; 1998); von Moos (1993).

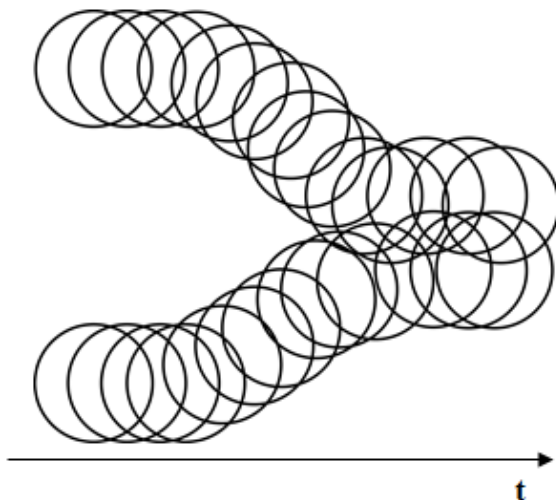
⁴⁹ N.T.: Uma concepção discursiva pronunciadamente distante corresponde a um estilo influenciado por alto grau de publicidade da situação de comunicação, falta de intimidade e distância espaço-temporal entre os interlocutores, baixo grau de expressão de emocionalidade e alto grau de planejamento do discurso, entre outros aspectos. A distância comunicativa possui afinidade com estilos mais diatopicamente neutros e/ou cultos e/ou formais, ao passo que a imediatez comunicativa, com estilos marcadamente regionais e/ou populares e/ou informais. Veja-se, a esse respeito, Koch/Oesterreicher (1990).

⁵⁰ Mencione-se, brevemente, que a transposição dessas regras levou, no nível da língua particular, de forma natural a uma transição do latim (na carta) para a língua vernácula (no discurso); todavia, para nosso ponto de vista discursivo-tradicional, isso é secundário. Aliás, a primazia do discursivo-tradicional sobre o idiomático (também para os teóricos e praticantes) é confirmada pelo fato de que os modelos mais antigos de *arenga* foram redigidos em latim, estando, porém, certamente destinados ao proferimento oral em língua vernácula, e também de que, em parte, modelos híbridos com uma mistura de latim e língua vernácula foram redigidos.

7.6 Inovação através da convergência de tradições culturais

Outra possibilidade de inovação, não idêntica ao tipo anterior, é a possibilidade de que tradições culturais claramente diferentes sigam um desenvolvimento análogo. Esse processo de convergência pode ser representado, em referência a [4][b], do seguinte modo:

[9] Convergência de tradições culturais



Para o campo das tradições culturais em geral, poderíamos citar exemplos das mídias de massa (em que o linguístico está envolvido; porém, a tradicionalidade não se esgota no discursivo-tradicional). Assim, a privatização da televisão fez do índice de audiência a medida de todas as coisas. Daí resulta que tipos de programas, em sua origem completamente distintos, caminham, em sua tendência para o sensacionalismo, na direção da convergência. Desse modo, é cada vez mais difícil separar os programas de notícias dos programas de entretenimento (*info-tainment*) – uma evolução que atrai até mesmo círculos maiores: também jornais impressos e revistas se movem atualmente mais e mais em direção ao *info-tainment*.

Com os últimos exemplos citados, já adentramos, de fato, o campo discursivo-tradicional em sentido estrito. A esse respeito, ainda outro exemplo característico da baixa e da alta Idade Média. Trata-se de uma época em que a difusão do conhecimento da escrita havia retrocedido significativamente. Todavia, nas chancelarias dos soberanos bem como do papa e dos bispos havia, ainda, os raros especialistas em escrita (clérigos), em cujas mãos encontrava-se, igualmente, a responsabilidade de formular documentos e de formular cartas

oficiais. Assim, não é de se admirar que essas duas tradições discursivas tenham claramente convergido na época em questão: o formulário de documentos e o formulário de cartas oficiais indicam paralelos textual-pragmáticos relevantes; acima de tudo, ambos são, como atos de fala extensos, organizados rigidamente em torno de um núcleo pragmático (*dispositio* e *petitio*) (cf. KOCH 1987; 1998).

Contudo, note-se que aqui se verifica apenas convergência, mas não identidade. As duas tradições discursivas diferenciam-se em alguns aspectos, por exemplo, com relação aos atos de fala realizados (*dispositio* vs *petitio*) e com relação a determinadas partes do texto (por exemplo, *corroboratio*, *subscriptions*, etc. pertencem somente aos documentos).

7.7 A queda de tradições culturais

Como vimos, novas tradições culturais surgem como resposta a novos desafios culturais, econômicos, técnicos e comunicativos. Com isso, levanta-se agora, finalmente, também a questão de como tradições culturais desaparecem. Determinadas tradições caem, obviamente, a partir de um determinado ponto no tempo, em um beco sem saída, quando elas não correspondem (mais) às exigências da respectiva cultura. Se seu desenvolvimento não valer mais a pena, então tais tradições serão descartadas como disfuncionais.

No campo do vestuário, podemos nos lembrar das camisas *Nyltest*, que, na década de 60, surgiram como o novo tipo de camisa ultramoderno de seu tempo. Elas mostraram-se logo disfuncionais em virtude de seu material (a hermeticidade levava à transpiração intensa). Já na década de 70, não se falava mais desse tipo de camisa.

Um exemplo de tradicionalidade discursiva encontramos novamente nos panfletos italianos do século XVI (vide acima [5]; cf. WILHELM 1996: 87-92, 157-158, 171-204, 260-262). A **historia** (em oitava) era, no começo do século, a tradição discursiva inicialmente predominante nos panfletos. Mas ela então se desvinculou da forma original de recepção do *Bänkelsang*⁵¹ e, no contexto de uma reavaliação típica da época dos versos como forma puramente literária, ela se literalizou cada vez mais, indo em direção ao romance de cavalaria. Com isso, a **historia** tornou-se disfuncional para a transmissão de notícias reais, como se

⁵¹ N.T.: “*Bänkelsang*”, também conhecida como “*cantastoria*” no italiano: tipo de performance em que o artista subia num banco (“*Bänk*”) e cantava uma balada ou canção (“*Sang*”) sobre histórias reais e dramáticas, utilizando-se de imagens para ilustrar os eventos.

esperava dos panfletos. A partir dos anos 30 e 40, ela afastou-se cada vez mais de outras tradições discursivas, em especial do *avviso* em prosa, cuja orientação prática e popular foi, em contrapartida, reforçada.

8 Conclusão

Espero ter mostrado que o conceito de tradição discursiva é sólido do ponto de vista linguístico-teórico, metodologicamente frutífero e, não menos importante, realista em vista da consciência dos sujeitos falantes/escreventes na produção e recepção de seus discursos.

Para a Linguística, a diferenciação do campo discursivo-tradicional dos outros campos do linguístico, em especial, do campo idiomático, é bastante elucidativa, até mesmo indispensável. Não se deve esquecer que tradições discursivas estão relacionadas ao linguístico, mas não são, de modo algum, puramente linguísticas.

Em sua historicidade e dinâmica, tradições discursivas mostram-se tão somente como um caso especial de tradições culturais. Trata-se de grandezas do nível histórico, mas as relações e os processos que distinguem sua dinâmica (semelhança familiar, *creatio ex aliquo*⁵², conservadorismo, estetização, diferenciação, mistura, convergência, formação de “becos sem saída”) são, provavelmente, de natureza universal. Aqui, isso só pôde ser indicado por meio de exemplos.

O que precisamos é de uma teoria dos universais discursivo-tradicionais, embutida em uma teoria geral das tradições culturais.

Referências bibliográficas

- BALLY, C. *Traité de stylistique française*. Vol. 2. Heidelberg, Winter, 1909.
- BARTSCH, K. (ed). *Deutsche Liederdichter des zwölften bis vierzehnten Jahrhunderts*. Darmstadt,: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1966.
- BATTISTINI, A.; RAIMONDI, E. Retoriche e poetiche dominant. In: ROSA, A. A. (ed.). *Letteratura italiana*. Vol. 3: Le forme del testo. I. Teoria e poesia. Turin, Einaudi, 1984, 5-339.
- DE BEAUGRANDE, R. A.; Dressler, W. U. *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen, Niemeyer, 1981.

⁵² N.T.: criação a partir de algo, aludindo-se, em oposição, a “*creatio ex nihilo*”.

- BLANK, A. *Prinzipien des lexikalischen Bedeutungswandels am Beispiel der romanischen Sprachen*. Tübingen, Niemeyer, 1997.
- BÜHL, W. L. Kultur als System. In: NEIDHARDT, F.; KÖNIG, R.; LEPSIUS, M. R. (eds). *Kultur und Gesellschaft*. René König, dem Begründer der Sonderhefte, zum 80. Geburtstag gewidmet. Opladen, Westdeutscher Verlag, 1986, 118-144.
- CAMARGO, M. *Ars dictaminis, Ars dictandi*. Turnhout, Brepols, 1991.
- CONTINI, G. (ed). *Poeti del Duecento*. Vol. 2. Mailand/Neapel, Ricciardi, 1960.
- COSERIU, E. Die Lage in der Linguistik. In: ALBRECHT, J.; LÜDTKE, J., THUN, H. (eds). *Energieia und Ergon*. Sprachliche Variation – Sprachgeschichte – Sprachtypologie. *Studia in honorem Eugenio Coseriu*. Vol. 3. Tübingen, Narr, 1988, 367-375 (zuerst Innsbruck 1973).
- COSERIU, E. *Textlinguistik: Eine Einführung*. Herausgegeben und bearbeitet von Jörn Albrecht. Tübingen, Narr, 1981.
- COSERIU, E. Die Ebenen des sprachlichen Wissens. Der Ort des ‘Korrekten’ in der Bewertungsskala des Gesprochenen. In: ALBRECHT, J.; LÜDTKE, J., THUN, H. (eds). *Energieia und Ergon*. Sprachliche Variation – Sprachgeschichte – Sprachtypologie. *Studia in honorem Eugenio Coseriu*. Vol. 3. Tübingen, Narr, 1988a, 327-364.
- COSERIU, E. ‘Historische Sprache’ und ‘Dialekt’. In: ALBRECHT, J.; LÜDTKE, J., THUN, H. (eds). *Energieia und Ergon*. Sprachliche Variation – Sprachgeschichte – Sprachtypologie. *Studia in honorem Eugenio Coseriu*. Vol. 3. Tübingen, Narr, 1988b, 45-53.
- DEVOTO, G. *Studi di stilistica*. Florenz, Le Monnier, 1950.
- DOVIFAT, E.; WILKE, J. *Zeitungswissenschaft*. Vol. 2. Berlin/New York, de Gruyter, 1976.
- FINNEGAN, R. *Oral Poetry. Its Nature, Significance and Social Context*. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.
- FITCH, B. T.; OLIVER, A.; RUPRECHT, H. G (org). L’intertextualité. Intertexte, autotexte, intratexte. *Texte. Revue de critique et de théorie littéraire*, 2, 1983.
- FLENDER, R.; RAUHE, H. *Popmusik*. Aspekte ihrer Geschichte, Funktionen, Wirkung und Ästhetik. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1989.
- FOLEY, J. M. *The Theory of Oral Composition. History and Methodology*. Bloomington, Indiana University Press, 1988.
- FRANK, B.; HARTMANN, J. L’inventaire systématique des premiers documents des langues romanes. Présentation d’une publication préparée par le SFB 321. In: SELIG, M.; FRANK, B.; HARTMANN, J. (eds). *Le passage à l’écrit des langues romanes*. Tübingen, Narr, 1993, 31-37.
- FRANK, B.; HARTMANN, J. *Inventaire systématique des premiers documents des langues romanes*. Vol. 5 Tübingen, Narr, 1997.
- GABELENTZ, G. v. d. *Die Sprachwissenschaft, ihre Aufgaben, Methoden und bisherigen Ergebnisse*. Leipzig, Weigel, 1891.
- GAUGER, H.-M. In Frage gestellt: Textlinguistik. In: BENDER, K.H; BERGER, K.; WANDRUSZKA, M. (eds) *Imago linguae: Beiträge zu Sprache, Deutung und Übersetzung*. Festschrift zum 60. Geburtstag von Fritz Paepcke. München, Wilhelm Fink, 1977, 159-168.
- GAUGER, H.-M. Das Was und das Wie. Zum Begriff des Stils. In: GAUGER, H.-M. *Über Sprache und Stil*. München, Beck, 1995, 208-228.
- GAUGER, H.-M.; OESTERREICHER, W.; WINDISCH, R. *Einführung in die romanische Sprachwissenschaft*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1981.
- GENETTE, G. *Introduction à l’architexte*. Paris, Seuil, 1979.

- GIVÓN, T. Prototypes: between Plato and Wittgenstein. In: CRAIG, C. (ed.). *Noun Classes and Categorization*. Amsterdam/Philadelphia, Benjamins, 1986, 77-102.
- HALLIDAY, M. A. K.; MCINTOSH, A., STREVEN, P. *The Linguistic Sciences and Language Teaching*. London, Longman, 1964.
- HAVRÁNEK, B. The Functional Differentiation of the Standard Language. In: GARVIN, P. L. (ed.). *A Prague School Reader on Esthetics, Literary Structure, and Style*. Washington, D.C., Georgetown University Press, 1964, 3-16.
- HEMPFER, K. W. *Gattungstheorie*. Information und Synthese. München, Fink, 1973.
- HEMPFER, K. W. *Poststrukturelle Texttheorie und narrative Praxis*. Tel Quel und die Konstitution eines Nouveau Nouveau Roman. München, Wilhelm Fink, 1976.
- HOLTHUIS, S. *Intertextualität*. Aspekte einer rezeptionsorientierten Konzeption. Tübingen, Stauffenburg, 1992.
- HOLTUS, G.; METZELTIN, M.; SCHMITT, C. (eds). *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen, Niemeyer, Band II,1 (1996); II,2 (1995); III (1989); V,1 (1990); V,2 (1991); VI,1 (1992); VI,2 (1994).
- HOLTUS, G. Französisch: Stilistik. In: *Lexikon der Romanischen Linguistik* Vol. 1, 1990, 154-167.
- HOLTUS, G.; SCHWEICKARD, W. Rhetorik und Poetik. In: BUCK, A. (ed). *Grundriß der Romanischen Literaturen des Mittelalters X/2*, 1989, 21-48.
- JAUB, H. R. Theorie der Gattungen und Literatur des Mittelalters. In: JAUB, H. R. et. al. (eds). *Grundriß der Romanischen Literaturen des Mittelalters I*. Heidelberg, Winter, 1972, 107-138.
- KALVERKÄMPER, H. Fachsprachen und Textsorten. In: HØDT, J. et al. (eds). *Proceedings of the 3rd European Symposium on LSP: 'Pragmatics and LSP'*. Kopenhagen, The Kopenhagen School of Economics, 1982, 105-168.
- KALVERKÄMPER, H. Gattungen, Textsorten, Fachsprachen: Textpragmatische Überlegungen zur Klassifikation. In: HESS-LÜTTICH, E.W.B. (ed). *Textproduktion und Textrezeption*. Tübingen, Narr, 1983, 91-103.
- KELLER, R. *Sprachwandel: Von der unsichtbaren Hand in der Sprache*. Tübingen, Francke, 1994.
- KLEIBER, G. *La sémantique du prototype*. Catégories et sens lexical. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.
- KLOSS, H. *Die Entwicklung neuer germanischer Kultursprachen seit 1800*. Düsseldorf, Schwann, 1978.
- KOCH, P. *Distanz im Dictamen*. Zur Schriftlichkeit und Pragmatik mittelalterlicher Brief- und Redemodelle in Italien (Habilitationsschrift Freiburg), 1987.
- KOCH, P. Norm und Sprache. In: ALBRECHT, J.; LÜDTKE, J.; THUN, H. (eds.). *Energeia und Ergon*. Sprachliche Variation – Sprachgeschichte – Sprachtypologie. *Studia in honorem Eugenio Coseriu*. Vol. 3. Tübingen, Narr, 1988a, 327-354.
- KOCH, P. Italienisch: Externe Sprachgeschichte I. In: *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, Band IV, Italienisch, Korsisch, Sardisch. Tübingen, Niemeyer, 1988b, 343-360.
- KOCH, P. Fachsprache, Liste und Schriftlichkeit in einem Kaufmannsbrief aus dem Duecento. In: KALVERKÄMPER, H. (ed). *Fachsprachen in der Romania*. Tübingen, Narr, 1988c, 15-60.
- KOCH, P. Von Frater Semeno zum Bojaren Neacşu. Listen als Domäne früh verschrifteter Volkssprache in der Romania. In: RAIBLE, W. (ed). *Erscheinungsformen kultureller Prozesse*. Jahrbuch 1988 des Sonderforschungsbereichs "Übergänge und Spannungsfelder zwischen Mündlichkeit und Schriftlichkeit". Tübingen, Narr, 1990, 121-165.

- KOCH, P. *Ars arengandi*. In: UEDING, G. (ed). *Historisches Wörterbuch der Rhetorik*. Vol. I. Tübingen, Niemeyer, 1992a, 1033-1040.
- KOCH, P. *Schriftlichkeit im Fremdsprachenunterricht*. In: BÖRNER, W.; VOGEL, K. (eds). *Schreiben in der Fremdsprache*. Prozeß und Text, Lehren und Lernen. Bochum, AKS-Verlag, 1992b, 2-28.
- KOCH, P. *Pour une typologie conceptionnelle et médiale des plus anciens documents/monuments des langues romanes*. In: SELIG, M.; FRANK, B.; HARTMANN, J. (eds). *Le passage à l'écrit des langues romanes*. Tübingen, Narr, 1993, 39-81.
- KOCH, P. *Gedanken zur Metapher – und zu ihrer Alltäglichkeit*. In: SABBAN, A.; SCHMITT, C. *Sprachlicher Alltag*. Linguistik – Rhetorik – Literaturwissenschaft. Festschrift für Wolf-Dieter Stempel. Tübingen, Niemeyer, 1994, 201-225.
- KOCH, P. *La sémantique du prototype: sémasiologie ou onomasiologie?* In: *Zeitschrift für französische Sprache und Literatur* 106, 1996, 223-240.
- KOCH, P. *Urkunde, Brief und öffentliche Rede. Eine diskurstraditionelle Filiation im Medienwechsel*. In: SCHAEFER, U. (hrsg.). *Das Mittelalter*. Perspektiven mediävistischer Forschung. Band 3, Heft 1: *Artes im Medienwechsel*. Oldenburg, Akademie Verlag, 1998, 13-44.
- KOCH, P. *Ein Blick auf die unsichtbare Hand: Kognitive Universalien und historische romanische Lexikologie*. In: STEHL, T. (ed). *Unsichtbare Hand und Sprecherwahl*. Typologie und Prozesse des Sprachwandels in der Romania. Tübingen, Narr, 2005, 245-275.
- KOCH, P.; OESTERREICHER, W. *Sprache der Nähe – Sprache der Distanz. Mündlichkeit und Schriftlichkeit im Spannungsfeld von Sprachtheorie und Sprachgeschichte*. In: *Romanistisches Jahrbuch* 36, 1985, 15-43.
- KOCH, P.; OESTERREICHER, W. *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch*. Tübingen, Niemeyer, 1990.
- KOCH, P.; OESTERREICHER, W. *Schriftlichkeit und Sprache*. In: GÜNTHER, H.; LUDWIG, O. (eds). *Schrift und Schriftlichkeit/Writing and Its Use*. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung/An Interdisciplinary Handbook of International Research. Vol. 2. Berlin/New York, de Gruyter, 1994/1996, I, 587-604.
- KREFELD, T. *Italienisch: Periodisierung*. In: *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, Band IV, 1988, 748-762.
- KRISTEVA, J. *Σημειωτική*. Recherches pour une sémanalyse. Paris, Seuil, 1969.
- LAKOFF, G. *Women, Fire, and Dangerous Things*. What Categories Reveal about the Mind. Chicago/London, University of Chicago Press, 1987.
- LAPP, E. *„Jugendsprache“: Sprechart und Sprachgeschichte seit 1945. Ein Literaturbericht*. In: *Sprache und Literatur in Wissenschaft und Unterricht* 63, 1989, 53-75.
- LORD, A. B. *The Singer of Tales*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1960.
- LUCKMANN, T. *Allgemeine Überlegungen zu kommunikativen Gattungen*. In: FRANK, B.; HAYE, T.; TOPHINKE, D. (eds). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen, Narr, 1997, 11-17.
- LÜDTKE, H. *Esquisse d'une théorie du changement langagier*. In: *La Linguistique* 22/1, 1986, 3-46.
- LÜGER, H.-H. *Pressesprache*. Tübingen, Niemeyer, 1995.
- LYONS, J. *Language and Linguistics*. An Introduction. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.
- MALBLANC, A. *Stylistique comparée du français et de l'allemand*. Paris, Didier, 1968.
- MOLINO, J. *Les genres littéraires*. In: *Poétique* 93, 1993, 3-28.

- MOOS, P. v. Die italienische ‚ars arengandi‘ des 13. Jahrhunderts als Schule der Kommunikation. In: Horst BRUNNER, H.; WOLF, N. R. (eds). *Wissensliteratur im Mittelalter und in der frühen Neuzeit*. Bedingungen, Typen, Publikum, Sprache. Wiesbaden, Reichert, 1993, 67-90.
- MURPHY, J. J. *Rhetoric in the Middle Ages*. A History of Rhetorical Theory from St. Augustine to the Renaissance. Berkeley, University of California Press, 1974.
- NABRINGS, K. *Sprachliche Varietäten*. Tübingen, Narr, 1981.
- OESTERREICHER, W. Ère française et deutsche bewegung. In: BUSSE, W.; TRABANT, J. (eds). *Les Idéologues. Sémiotique, philosophie du langage et linguistique pendant la Révolution française*. Amsterdam: Benjamins, 1986, 95-140.
- OESTERREICHER, W. Sprechfähigkeit, Einzelsprache, Diskurs und vier Dimensionen der Sprachvarietät. In: ALBRECHT, J.; LÜDTKE, J.; THUN, H. (eds). *Energeia und Ergon. Sprachliche Variation – Sprachgeschichte – Sprachtypologie*. Studia in honorem Eugenio Coseriu. Vol. 3. Tübingen, Narr, 1988, 355-386.
- OESTERREICHER, W. Zur Fundierung von Diskurstraditionen. In: FRANK, B.; HAYE, T.; TOPHINKE, D. (eds). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen, Narr, 1997, 19-41.
- ONG, W. J. *Orality and Literacy*. The Technologizing of the Word. London/New York, Methuen, 1982.
- PARRY, M. *The Making of Homeric Verse*. The collected papers of Milman Parry, ed. by Adam Parry. Oxford, Clarendon Press, 1971.
- PAULUS, H. *Die französische Zeitungsannonce*. Synchronische und diachronische Syntax der ‚petites annonces‘ 1819-1973. Tübingen, Narr, 1976.
- PFISTER, M. Konzepte der Intertextualität. In: BROICH, U.; PFISTER, M. (eds). *Intertextualität*. Formen, Funktionen, anglistische Fallstudien. Tübingen, Niemeyer, 1985, 1-30.
- POPITZ, H. Soziale Normen. In: *Archives Européennes de Sociologie*, 2, 1961, 185-198.
- RADTKE, E. Varietà giovanili. In: SOBRERO, A. A. (ed). *Introduzione all'italiano contemporaneo*. La variazione e gli usi. Rom/Bari, Laterza, 1993, 191-235.
- RAIBLE, W. Was sind Gattungen? Eine Antwort aus semiotischer und textlinguistischer Sicht. In: *Poetica*, 12, 1980, 320-249.
- RAIBLE, W. Orality and Literacy. In: GÜNTHER, H.; LUDWIG, O. (eds). *Schrift und Schriftlichkeit/Writing and Its Use*. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung/An Interdisciplinary Handbook of International Research. Vol. 2. Berlin/New York, de Gruyter, 1994/1996, I, 1-17.
- RAIBLE, W. Relatinisierungstendenzen. In: HOLTUS, G.; METZELTIN, M.; SCHMITT, C. (eds). *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, Band II,1, 1996, 120-134.
- RIEGER, D. (ed). *Mittelalterliche Lyrik Frankreichs*. Vol. 2. Stuttgart, Reclam, 1980/83.
- ROSCH, E. H. Principles of Categorization. In: ROSCH, E.H.; LLOYD, B. B. (eds). *Cognition and Categorization*. Hillsdale, N.J., Erlbaum, 1978, 27-48.
- SANDERS, W. *Linguistische Stiltheorie*. Probleme, Prinzipien und moderne Perspektiven des Sprachstils. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1973.
- SANDIG, B. Sprache und Norm, Sprachnorm, Sprachhandlungsnorm. In: *Der Deutschunterricht* 26/2, 1974, 29-35.
- SANDIG, B. Zur Differenzierung gebrauchssprachlicher Textsorten im Deutschen. In: GÜLICH, E.; RAIBLE, W. (eds). *Textsorten*. Differenzierungskriterien aus linguistischer Sicht. Wiesbaden, Akademische Verlags-Gesellschaft Athenaion, 1975, 113-121.
- SAUSSURE, F. d. *Cours de linguistique générale*. Paris, Payot, 1916.

- SCHALLER, H. M. *Ars dictaminis, ars dictandi*. In: ANGERMANN, N. et al. (eds). *Lexikon des Mittelalters*. Vol. I. München/Zürich, Artemis-Verlag, 1980, 1034-1039.
- SCHLIEBEN-LANGE, B. *Traditionen des Sprechens*. Elemente einer pragmatischen Sprachgeschichtsschreibung. Stuttgart, Kohlhammer, 1983.
- SCHLIEBEN-LANGE, B. Normen des Sprechens, der Sprache und der Texte. In: BAHNER, W. et al. (eds). *Proceedings of the Fourteenth International Congress of Linguistics*. 3 Vol. Berlin, Akademie-Verlag, I, 1990, 114-124.
- SCHLIEBEN-LANGE, B. Das Gattungssystem der altokzitanischen Lyrik: Die Kategorisierungen der Dichter und der Poetologen. In: FRANK, B.; HAYE, T.; TOPHINKE, D. (eds). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen, Narr, 1997, 81-99.
- SCHMID, W.; STEMPEL, W.-D. (eds). *Dialog der Texte*. Hamburger Kolloquium zur Intertextualität. Wien, Gesellschaft zur Förderung Slawistischer Studien, 1983.
- SCHÖNFELD, H. Die berlinische Umgangssprache im 19. und 20. Jahrhundert. In: SCHILDT, J.; SCHMIDT, H. (eds). *Berlinisch*. Geschichtliche Einführung in die Sprache einer Stadt. Berlin, Akademie-Verlag, 1992, 222-303.
- SCHWARZ, C. Zur Differenzierung und Varianz der Normen für die sprachlich-kommunikative Tätigkeit. In: HARTUNG, W. (ed). Normen in der sprachlichen Kommunikation. Berlin, Akademie-Verlag, 1977, 70-101.
- SEGRE, C. Intertestualità e interdiscorsività nel romanzo e nella poesia. In: SEGRE, C. *Teatro e romanzo*. Due tipi di comunicazione letteraria. Turin, Einaudi, 1984, 103-118.
- SEGRE, C. Stile. In: SEGRE, C. *Avviamento all'analisi del testo letterario*. Turin, Einaudi, 1985, 307-330.
- SELIG, M. *Die Entwicklung der Nominaldeterminanten in Spätlatein*. Tübingen, Narr, 1992.
- SÖLL, L. *Gesprochenes und geschriebenes Französisch*. Berlin, Erich Schmidt, 1985.
- SORNICOLA, R. Italienisch: Stilistica. In: HOLTUS, G.; METZELTIN, M.; SCHMITT, C. (eds). *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, Band IV. Tübingen, Niemeyer, 1988, 144-157.
- SPITZER, L. *Stilstudien*. Vol. 2. München, Hueber, 1961.
- STEFFENS, M. *Das Geschäft mit der Nachricht*. Agenturen Redaktionen Journalisten. Hamburg, Hoffmann und Campe, 1969.
- STEGER, H. Über Textsorten und anderen Textklassen. In: GERMANISTENTAG. *Textsorten und literarische Gattungen*. Dokumentation des Germanistentages in Hamburg vom 1.-4. April 1979. Berlin, Erich Schmidt, 1983, 25-67.
- STEMPEL, W.-D. *Untersuchungen zur Satzverknüpfung im Altfranzösischen*. Braunschweig, Westermann, 1964.
- STEMPEL, W.-D. Pour une description des genres littéraires. In: *Actele celui de al XII-lea congres international de lingvistică și filologie romanică*. 2 Vol. Bukarest, Editura Academiei, II, 1971, 565-569.
- STRUBE, W. Sprachanalytisch-philosophische Typologie literaturwissenschaftlicher Begriffe. In: WAGENKNECHT, C. (ed). *Zur Terminologie der Literaturwissenschaft*. Akten des IX. Germanistischen Symposiums der Deutschen Forschungsgemeinschaft Würzburg 1986. Stuttgart, Metzler, 1989, 35-49.
- VERWEYEN, T. Zur Problematik literaturwissenschaftlicher Gattungsbegriffe: Erscheinungen von Interferenz. Einführung. In: WAGENKNECHT, C. (ed). *Zur Terminologie der Literaturwissenschaft*. Akten des IX. Germanistischen Symposiums der Deutschen Forschungsgemeinschaft Würzburg 1986. Stuttgart, Metzler, 1989, 263-273.

WILHELM, R. *Italienische Flugschriften des Cinquecento (1500-1550)*. Gattungsgeschichte und Sprachgeschichte. Tübingen, Niemeyer, 1996.

WITTGENSTEIN, L. *Philosophische Untersuchungen*. Oxford, Blackwell, 1953.

ZIMMER, R. *Stilanalyse*. Tübingen, Niemeyer, 1978.

ZUMTHOR, P. *Introduction à la poésie orale*. Paris, Seuil, 1983.

ZUMTHOR, P. *La lettre et la voix*. Paris, Seuil, 1987.

Recebido em 5 de junho de 2020

Aceito em 11 de agosto de 2020